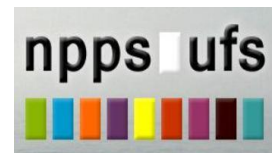


Universidade Federal de Sergipe  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Núcleo de Pós-Graduação em psicologia social  
Mestrado em Psicologia Social



ESTEREÓTIPOS DOS SUSPEITOS E AÇÃO POLICIAL:  
EXPRESSÕES E CONSEQUÊNCIAS

São Cristóvão - Sergipe

2018

EMÍLIA SILVA PODEROSO

ESTEREÓTIPOS DOS SUSPEITOS E AÇÃO POLICIAL:  
EXPRESSÕES E CONSEQUÊNCIAS

Trabalho Apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira  
Lima

São Cristóvão – Sergipe

2018

## BANCA EXAMINADORA

Trabalho de Dissertação da Discente EMÍLIA SILVA PODEROSO, intitulado:  
Estereótipos dos suspeitos e ação policial: expressões e consequências.

---

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima  
Universidade Federal de Sergipe - UFS

---

Prof. Dr. Marcos Emanuel Pereira  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

Prof.º Dr. Diogo Conque Seco Ferreira  
Universidade Federal de Sergipe - UFS

“Los estereótipos son verdades cansadas”

(George Steiner)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a essa força superior que me inspira, guia, protege e impele sempre a querer ultrapassar os meus limites.

Falar sobre a temática dos estereótipos no contexto da polícia militar foi um grande desafio que enfrentei desde o começo da escrita, e se consegui ter algum êxito nessa empreitada, o maior agradecimento se deve ao meu orientador Prof.<sup>o</sup> Marcus Eugênio que foi orientando e conduzindo os caminhos teóricos, da análise e resultados desse trabalho com atenção e cuidados necessários. Seus ensinamentos eu levarei para a minha vida, pois sua paciência, simplicidade e conhecimento são realmente admiráveis.

A experiência do estágio docência também foi uma grande alegria nesse percurso do mestrado, através da supervisão da Prof.<sup>a</sup> Dalila Xavier pude experienciar o dia-a-dia da docência, para ao final perceber porque tantos se encantam com esta profissão, pois, poder acompanhar o desenvolvimento dos alunos na seara acadêmica foi uma experiência ímpar. Meu muito obrigada por me proporcionar tudo isso, com tanto zelo e carinho.

Agradeço especialmente aos participantes da pesquisa, por se disponibilizarem a construir esse trabalho. Aos amigos do mestrado, linha de pesquisa e do grupo NSEPR pelos constantes auxílios; a todos os professores que tive oportunidade de conhecer e admirar durante esses dois anos. E em especial aos professores Marcos Emanuel e Diogo Conque por trazerem suas experiências e conhecimentos para conclusão deste trabalho; a professora Maria do Socorro pelas excelentes sugestões na qualificação e a professora Patrícia Silva pelos auxílios e sugestões importantes.

Por fim, a minha família por torcerem por mim e aceitarem minhas faltas em encontros familiares e ao meu esposo, Daniel Poderoso, por sempre estar ao meu lado me apoiando nas minhas investidas acadêmicas.

## RESUMO

Uma abordagem policial geralmente se inicia com a frase tradicional “Pare, é a polícia!” Todos os procedimentos que vêm a seguir são, em princípio, definidos como “medidas de segurança” aprendidas durante a formação profissional como “técnica de abordagem”, presente em praticamente todos os cursos e formação militar. Ainda que os procedimentos da abordagem policial estejam pré-definidos em manuais técnicos de formação, a definição de quem será abordado é uma questão aberta, influenciada por fatores interiorizados muitas vezes em processos automáticos, sem controle consciente, e que decorrem de uma representação do suspeito que afeta os julgamentos sociais. Com isso, este trabalho tem como objetivo analisar os estereótipos que os policiais militares do Estado de Sergipe possuem acerca do suspeito e suas implicações na atividade policial. A pesquisa foi composta por três estudos. O estudo 1 analisou os estereótipos que os policiais atribuem aos suspeitos considerando a sua cor da pele e estrato social. Os estudos 2 e 3, utilizando uma técnica de análise de processos automáticos de resposta, analisaram a decisão de tiro em suspeitos armados ou desarmados, brancos ou negros, de Policiais Militares em fase inicial de formação profissional e outros com dez anos ou mais de atuação profissional. Os resultados do Estudo 1 indicam que há uma associação entre pobreza e suspeição, por um lado, e entre cor da pele e pobreza, por outro. Os estudos 2 e 3 indicaram a presença de “*shooter bias*”, ou seja, a tendência a atirar mais rapidamente e com maior precisão em suspeitos armados de cor negra do que nos de cor branca; bem como a decisão mais rápida de não atirar em suspeitos desarmados de cor branca que de cor negra. Os resultados são discutidos à luz das teorias da psicologia social e cognitiva.

**Palavras-chaves:** estereótipos; ação policial; suspeito; cor da pele;

## **ABSTRACT**

A police approach usually starts with the traditional sentence "Stop, it's the police!" All the following procedures are, in principle, defined as "security measures" learned during professional qualification as "approach technique", present in practically all programs and military training. Although the procedures of the police approach are pre-defined in technical training manuals, the definition of who will be approached is an open question, influenced by factors internalized many times in automatic processes, without conscious control, and comes from a representation of the suspect, which affects social judgments. With that, this work aims to analyze the stereotypes that the military police of the State of Sergipe have about the suspect and its implications in the police activity. The research was composed by three studies. Study 1 examined the stereotypes police officers attribute to suspects considering their skin color and social status. Studies 2 and 3, using a technique of analysis of automatic response processes, analyzed the shooting decision on armed or disarmed suspects, whites or blacks, Military Police officers in the early stages of professional training or others with ten years or more of professional performance. The results of Study 1 indicate that there is an association between poverty and suspicion, on the one hand, and between skin color and poverty on the other. Studies 2 and 3 indicated the presence of "shooter bias", that is, the tendency to shoot faster and more accurately on black armed suspects than white suspects; as well as the quickest decision not to shoot unarmed suspects of white color than black. The results are discussed in light of the theories of social and cognitive psychology.

**Key words:** stereotypes; police action; suspect; skin color.

## SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS .....	11
ÍNDICE DE FIGURAS .....	12
INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 POLÍCIA MILITAR E ABORDAGEM POLICIAL.....	19
1.1 Origens da Polícia Militar.....	19
1.2 A divisão Administrativa na Polícia Militar de Sergipe.....	21
1.3 A formação do Policial Militar em Sergipe.....	23
1.4 Aspectos da violência: entre a letalidade e a vitimização policial.....	26
1.5 A seletividade na abordagem policial: efeitos da classe e da cor.....	30
CAPÍTULO 2 JULGAMENTOS SOCIAIS E ESTEREÓTIPOS .....	38
2.1 Os Estereótipos nos Julgamentos Sociais.....	38
2.2 Processos Automáticos e os Estereótipos.....	44
2.3 Estratégias de Controle dos Processos Automáticos de Estereotipias.....	48
2.4 Evidências empíricas sobre Ativação Automática e Controle dos Estereótipos: paradigma do <i>priming</i> e latência .....	49
2.5 Processos Automáticos e Identificação de Armas e Suspeitos: o Jogo "First Person Shooter Task" .....	53
2.6 Estereótipos e Percepção de Suspeitos na Ações Policiais.....	57
CAPÍTULO 3 .....	61
Estudo 1: Os estereótipos que os policiais possuem acerca do suspeito. ....	61



3.1. Objetivos Específicos .....	61
3.2. Hipóteses .....	61
3.3. Método .....	62
3.3.1 Participantes.....	62
3.3.2 Instrumentos e procedimentos.....	63
3.3.3 Aspectos éticos.....	64
3.3.4 análise dos dados.....	64
3.4 Resultados e Discussão .....	65
 CAPÍTULO 4 .....	 75
Estudos 2 e 3 - Processos automáticos de estereotipia: O Dilema do Oficial de Polícia.....	75
4.1 Objetivos.....	75
4.1.1. Objetivo geral.....	75
4.1.2 Objetivos específicos.....	75
4.2 Hipóteses.....	76
4.3 Método (estudo 2) .....	76
4.3.1 Participantes.....	77
4.3.2 Desenho .....	77
4.3.3 Procedimentos.....	77
4.3.4 Instrumento.....	78
4.3.5 Aspectos éticos.....	80
4.3.6 Análise dos dados .....	80
4.4 Resultados e discussão .....	87
4.5 Método (estudo 3) .....	85
4.5.1 Participantes .....	85
4.5.2 Desenho .....	85

4.5.3 Instrumento.....	85
4.5.4 Procedimentos .....	85
4.5.5 Aspectos éticos.....	86
4.5.6 Análise dos dados.....	86
4.6 Resultados e discussão .....	87
4.7 Discussão Geral dos estudos (1 e 2) .....	90
CAPÍTULO 5 .....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	93

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 ASSOCIAÇÃO DE PALAVRAS .....	66
TABELA 2 TEMPO DE REAÇÃO EM RELAÇÃO AO ALVO (ESTUDO 1)	84
TABELA 3 ERROS EM RELAÇÃO AO ALVO (ESTUDO 1) .....	84
TABELA 4 TEMPO DE REAÇÃO EM RELAÇÃO AO ALVO (ESTUDO 2)	89
TABELA 5 ERROS EM RELACAO AO ALVO (ESTUDO 2).....	90
TABELA 6 COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTUDO 1 e 2.....	90

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE.....	69
FIGURA 2 – ANÁLISE DE SIMILITUDE.....	72
FIGURA 3 – IMAGENS DO JOGO “ <i>FIRST PERSON SHOOTER TASK</i> ” .....	80
FIGURA 4 – IMAGENS DO JOGO “ <i>FIRST PERSON SHOOTER TASK</i> ” .....	80
FIGURA 5 – IMAGENS DO JOGO “ <i>FIRST PERSON SHOOTER TASK</i> ” .....	80
FIGURA 6 – IMAGENS DO JOGO “ <i>FIRST PERSON SHOOTER TASK</i> ” .....	80

## INTRODUÇÃO

*“Sou camelô, sou de mercado informal  
Com minha guia sou, profissional  
Sou bom rapaz, só não tenho tradição  
Em contrapartida sou, de boa família.  
Olha doutor, podemos rever a situação  
Pare a polícia, ela não é a solução, não.  
Não sou ninguém, nem tenho pra quem apelar  
Só tenho o meu bem que também não é ninguém  
Quando a polícia cai em cima de mim  
Até parece que sou fera  
Quando a polícia cai em cima de mim  
Até parece que sou fera  
Até parece, até parece...  
(Edson Gomes)*

Segundo o dicionário Aurélio, “Camelô”, é uma pessoa, um mercador que apregoa e vende na rua objetos de pouco valor. Acontece que essa música sempre me instigou, enquanto profissional de segurança, porque me soa como um relato de grande tonalidade afetiva e que retrata um sofrimento de um indivíduo diante de um sistema, muito mais do que diante de uma “polícia” truculenta e por assim dizer, completamente alheia aos problemas sociais. É um apelo a visibilidade, ao reconhecimento de outros valores sociais que o sujeito tenta informar que possui a despeito do estereótipo relacionado ao estrato social e quiçá, possivelmente a uma cor da pele.

Refletir sobre o desenvolvimento desse trabalho, grosso modo, é reconhecer o quanto estando de um lado da moeda (ser policial militar), devo ter o mesmo olhar atento de quem vê o outro lado, o lado do cidadão, e considerando ainda a minha formação acadêmica (psicóloga), ver todos os ângulos, como se não fosse mais uma moeda, mas possivelmente um cubo, ou até mesmo uma cebola com suas camadas, considerando a existência de vieses e julgamentos, em contextos individuais, institucionais e sociais compartilhados. E isso me incentivou a realizar a caminhada

nessa seara, na tentativa de analisar alguns desses aspectos, verificando as implicações existentes.

A Constituição Federal nos traz que a Segurança Pública é vital ao cidadão e um direito fundamental de todos, e que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Art. 5º da Constituição Federal). Nesse sentido a Polícia Militar, responsável pela manutenção da ordem pública, pode, em casos extremos, recorrer ao uso da força, em razão da autoridade instituída: o poder de polícia. Nesse contexto, tem-se que o uso da força é um ato discricionário, legal e legítimo, desde que estritamente necessário e de acordo com as circunstâncias que a situação requerer. Ele é inerente ao trabalho do policial para preservação da ordem pública, mas somente quando se tornarem ineficazes outros meios técnicos de salvaguardar a paz pública.

O uso da força, contudo, não é monopólio da autoridade policial, outros profissionais detêm igualmente o direito de usá-la, a exemplo de seguranças de lojas, auditores fiscais, vigilantes sanitários, dentre outros. Porém, algumas propriedades da força pública são singulares: enquanto os alvos da força para alguns profissionais são determinados e limitados, o alvo policial é indeterminado e, em seu território, universal, podendo ser qualquer pessoa (Monjardet, 2003).

A ação policial envolve um julgamento social e um processo decisório, tanto em relação à escolha dos indivíduos que serão abordados, quanto em relação ao uso e intensidade da força, que pode culminar no tiro policial. Nesse processo o policial é confrontado com variáveis que ele precisa analisar antes da tomada de decisão, tais como a atitude, o comportamento, a imagem e as características gerais do suspeito. Para Brehmer e Brehmer (1988) esse processo envolve duas fases: 1) o julgamento, no qual o

indivíduo irá adquirir, selecionar, combinar e analisar informações de diferentes fontes disponíveis e 2) a tomada de decisão, na qual o indivíduo faz uma opção de ação. Nesse sentido, uma avaliação precipitada pode acarretar em equívocos de julgamentos e de ação, muitas vezes irreversíveis.

Adotamos neste trabalho o paradigma da Cognição Social, quando afirma que o ser humano está adaptado a selecionar do ambiente apenas os estímulos relevantes para orientar sua ação, muitas vezes por questões de economia psíquica. Ou seja, a simples presença de características de fácil e rápido reconhecimento, tais como traços de gênero, idade e cor da pele, são suficientes para gerar um processo automático de estereotipia e deflagrar ações (Fiske & Taylor, 1984). O processamento automático de informações relaciona-se a fatores como a não consciência, eficiência, não intencionalidade e não controlabilidade (Bargh, 1994). Consideramos também os postulados da psicologia social das relações intergrupais, os quais analisam os processos de construção, difusão e interiorização de crenças e representações sobre grupos sociais no âmbito das relações de assimetria de poder.

O nosso campo de análise é a estereotipia na ação policial. Consideramos, juntamente com Skolnick (1975), que o uso dos estereótipos na atuação policial é comum, pois tanto no policiamento ostensivo quanto no preventivo e no repressivo, muitas vezes é necessário recorrer a características definidoras de um perfil de suspeito, a fim de facilitar a identificação e o reconhecimento do alvo para realização de abordagem policial.

Assim, tendo em conta a complexidade dos fenômenos envolvidos na ação policial e a dinâmica das relações que envolvem fatores psicológicos e sociais, o objetivo deste trabalho é analisar os estereótipos que policiais militares possuem acerca de suspeitos de ilícitos e os efeitos desses estereótipos na decisão de tiro por parte dos

policiais. De forma específica, investigaremos: 1) Os estereótipos que policiais possuem em relação a determinados grupos ou categorias sociais; 2) O conteúdo desses estereótipos considerando o grupo de pertencimento; 3) Os efeitos da cor da pele na ativação e aplicação dos estereótipos por parte dos policiais; 4) Os impactos dessa ativação e aplicação na ação policial.

Pesquisas dessa natureza são importantes porque incidem diretamente na tomada de decisões extremas, de alto risco, de vida ou de morte muitas vezes. Existindo para tanto, uma necessidade de conscientização por parte dos profissionais acerca dos conceitos de preservação da ordem pública e defesa dos direitos humanos fazendo com que haja uma preocupação com a prática policial, as quais têm consequências pessoais e profissionais em razão deste inter-relacionamento ocorrido entre a ação policial e as exigências das normas sociais vigentes na instituição e na sociedade.

Apesar da sua importância, esse tema permanece pouco estudado no Brasil. Com efeito, em uma pesquisa realizada em agosto de 2017, nos periódicos da Capes e no Scielo, encontramos apenas seis artigos na área das Ciências Humanas, cujo título abrangia o assunto “Polícia Militar e estereótipos”.

Por outro lado, parte dos estudos e pesquisas acerca da Polícia Militar são realizados, sobretudo, nas áreas de Sociologia, Criminologia e Segurança Pública, em sua maioria são produzidos por áreas e pesquisadores que atuam ou mantêm vínculos nessas esferas administrativas, como os dados realizados na UFSCAR (Departamento de Sociologia), em relação às abordagens policiais em São Paulo; ou os estudos patrocinadas pelo Ministério da Justiça (Balestreri, 2002; Pinc, 2005, 2007, 2014; Sinhoretto, 2010), algumas dessas publicadas em periódicos específicos (e.g., Revista Fórum de Segurança Pública e Centro de Estudos em Segurança Pública). Existem ainda diversos trabalhos acadêmicos de cursos de formação, atualização e capacitação



profissionais dos integrantes das diversas forças militares (e.g., Barros, 2002; Pinc, 2007, 2014; Pires, 2010).

O presente trabalho modestamente pretende contribuir, de forma teórica, metodológica e social, na área da psicologia social nos estudos da cognição humana, especificamente em relação ao processamento de informação, formação de impressões e ativação/aplicação dos estereótipos. Focando o funcionamento cognitivo por meio dos processos automáticos de estereotipia. Em termos metodológicos, esse trabalho pode contribuir para uma maior integração na utilização de diferentes metodologias de estudo dos estereótipos; permitindo comparar dados com os encontrados em outros estudos no Brasil e em outros países. Além de adaptar métodos de pesquisa sobre atitudes implícitas no nosso meio cultural.

Tencionamos contribuir ainda para a compreensão e mudança de pensamentos fixos e esquemas crônicos presentes na ativação e aplicação dos estereótipos, posto que os automatismos afetam constantemente a rotina, interferindo nos julgamentos sociais sem que haja a percepção e a consciência desse enviesamento. Para consecução dessa finalidade este trabalho está estruturado em seis capítulos. O capítulo I enfoca o contexto da Polícia Militar do Estado de Sergipe, na qual foi realizada a presente pesquisa, contextualizando a sua construção, organização e estrutura. Apresentamos ainda conceitos relativos à atividade policial militar, como a abordagem aos suspeitos, aspectos da violência como a vitimização e letalidade na polícia, além do uso da força policial como recurso para manutenção da ordem social.

No capítulo II abordamos os processos automáticos, julgamentos sociais e os estereótipos. Iniciamos apresentando as definições e as delimitações conceituais de estereótipos, em seguida descrevemos os níveis de análise dos processos automáticos, enfatizando os paradigmas existentes nesses estudos. O interesse é compreender de que

forma os processos automáticos agem nas relações intergrupais e na ativação do estereótipo em relação aos grupos minoritários, além de esclarecer pontos que cercam os psicólogos sociais sobre a sua inevitabilidade. Apresentamos também o paradigma de latência de resposta e o “Jogo interativo”, conhecido como “*First Person Shooter Task*”, instrumento que será utilizado em dois dos estudos empíricos realizados.

O capítulo III apresenta o primeiro estudo, cujo objetivo foi analisar a cor da pele e o estrato social como vetores para definição dos estereótipos pelos policiais militares na identificação dos suspeitos.

O capítulo IV apresenta o segundo estudo, cujo objetivo foi investigar o processo automático de estereotipia e sua relação com a cor da pele dos suspeitos, utilizando tarefas de ativação automática do preconceito com o auxílio do jogo interativo com o recurso da análise da latência de resposta em policiais em formação no curso técnico de segurança pública (CTSP), voltado para a formação de soldados da polícia militar (CFSd). Nesse capítulo também apresentamos o terceiro estudo, no qual, utilizando a mesma estratégia metodológica do estudo 2, analisamos os efeitos da estereotipia automática da cor da pele na decisão de tiro em policiais com mais de 10 anos na atividade policial.

Por fim, o capítulo V traz as considerações finais, refletindo sobre os achados deste trabalho, e da possibilidade de ampliar o conhecimento acerca do processo de automaticidade, particularmente na realidade da atuação da polícia militar no tocante a identificação dos suspeitos, bem como investigar a influência dos estereótipos na formação dessas impressões e automatismos, visando a investigação e discussão acerca dos riscos desse processo, considerando a possibilidade de uso de moderadores na formação desses estereótipos na ação policial, minimizando os seus efeitos.

# **CAPÍTULO 1**

## **POLÍCIA MILITAR E ABORDAGEM POLICIAL**

O presente capítulo tem o objetivo de abordar a instituição Polícia Militar, desde a sua construção, abordando o contexto, administração, divisões e funções internas existentes, além do processo de formação policial, relatados aqui em seus níveis e funções existentes no estado. Em seguida, introduzimos o conceito de suspeição, considerado como relacionado ao comportamento, atitude e características de um indivíduo no processo de abordagem policial. Esses elementos são analisados no contexto da violência, discutida considerando dois de seus aspectos: letalidade e vitimização policial, pensados a partir da origem histórica da noção de polícia, vinculada à força “auxiliar do exército”.

### **1.1 Origens da Polícia Militar**

A Constituição de 1988 afirma no seu Art. 144 (Capítulo III), que a Segurança Pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida visando à preservação da ordem pública e incolumidade dos indivíduos e do patrimônio. Cabendo às polícias militares a manutenção da ordem pública e a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Devendo essas competências serem exercidas com base na: a) polícia ostensiva; b) caráter militar; c) de forma subordinada aos governadores.

O surgimento das corporações policiais está vinculado a essa concepção de segurança pública, compreendida como prestação de serviço público fundamental e garantido pelo Estado, promovendo a manutenção dos direitos e legitimação da autoridade, permitindo a ação de controle diante dos conflitos sociais, fundada nos princípios de legalidade (Minayo, Souza, & Constantino, 2008).

Assim, as origens das polícias Militares Estaduais são confundidas com a própria história das Forças Armadas do País. Conforme assevera Pires (2010), tendo em vista que, desde o século XIX, em face da inexistência de órgãos específicos no serviço de policiamento, é que os integrantes das chamadas 2ª e 3ª linhas das Forças Armadas eram empregadas no serviço de zelar pela manutenção da ordem nos primeiros núcleos populacionais do país.

A força policial do estado de Sergipe foi criada através da Carta de Lei de 28 de fevereiro de 1835, sendo esta considerada como a primeira fixação do efetivo do corpo policial, contando com 201 (duzentos e um) integrantes, entre eles, oficiais e praças, todos ligados ao exército, configurando-se como força do exército estadual. Acompanhando as mudanças sociais ocorridas no país, com a deflagração do Golpe Militar, a Polícia Militar foi alçada à Força Auxiliar do Exército e, somente após a Constituição de 1988, foi ressaltada a autonomia das Polícias Estaduais (PMSE, 2016).

De acordo com Monet (2006), a polícia consiste ainda em homens organizados em administração pública, formando uma organização burocrática, que segue ao mesmo tempo um ordenamento militar e outro de administração pública. A hierarquia e a disciplina são tidas como molas mestras da engrenagem policial, a qual deve funcionar como um só corpo, sob a liderança dos chefes. A polícia se diferencia dos demais entes da administração, pois tem seu próprio estatuto; e ainda o fardamento e a arma, que assinalam a pertença a um universo diferenciado, onde as relações e interações com os administradores funcionam sob o signo da autoridade.

Por outro conduto, existem atualmente alguns movimentos no país, visando o processo de desmilitarização, o qual corresponde ao movimento de desvinculação da polícia militar das forças armadas e da sua lógica de combate, existente desde a ditadura

militar de 1964; além do processo de unificação com a polícia civil, mas conhecida com polícia investigativa. Esses movimentos tornariam a polícia uma carreira única.

O processo de desmilitarização é uma vertente que surge de uma proposta de mudança de perspectiva profissional da polícia militar em todo o país, posto que não adianta buscar adaptar a instituição a uma filosofia de polícia comunitária se a mesma segue o regulamento do exército e seus operadores são tratados com extremo rigor, conforme exigem o regulamento, a hierarquia e a disciplina.

A garantia de direitos trabalhistas aos policiais é outra conquista recente. Com efeito, no estado de Sergipe somente em 2016 foram conquistados direitos de carga horária definida, bem como salários sob a forma de subsídio, após mais de 180 anos de existência da corporação (Lei Complementar n. °278/2016).

## **1.2 Divisão Administrativa da Polícia Militar de Sergipe**

A Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE) tem atualmente, segundo dados internos da Lei de Fixação de Efetivo e do setor de Recursos Humanos da PMSE, em torno de cinco mil policiais, divididos na capital e interior, sendo na Capital um quantitativo de aproximadamente 2.300, além de outras Unidades Administrativas, em torno de 500 e 2.200 no interior do Estado (Polícia Militar de Sergipe, 2016). Desse contingente, quase 4.570 são Praças e outros 430 são de Oficiais. Em termos de hierarquia funcional, a Polícia de Sergipe tem ainda em seus quadros: Oficiais dos Altos Comandos (Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente, 2º Tenente) e Quadro de Praças: Subtenentes, 1º Sargentos, 2º Sargentos, 3º Sargentos, Cabos e Soldados.

A sua divisão administrativa compreende a Capital: Comando da Capital (CPMC), cujas Unidades são: QCG (Quartel do Comando-Geral) – Administração

Geral da PMSE (Comandos e Subcomandos), PM1 (Setor de Recursos Humanos), PM2 (Setor de Investigação), PM3 (Concurso e Instrução), PM4 (Logística, Patrimonial e Manutenção), PM5 (Comunicação e Mídia), PM6 (Financeiro e Orçamentário), GISP e CIOSP (articulação entre Polícia Militar, Polícia Civil e Secretaria de Estado da Segurança Pública), Batalhões (1º, 5º, 8º e 12º BPM) e Companhias independentes (1ª CIPM, 2ª CIPM e 3ª CIPM) que são responsáveis pelo policiamento ostensivo dos bairros da capital e municípios circunvizinhos, preferencialmente atuando de forma preventiva e comunitária (PMSE, 2016).

Existem ainda as unidades de policiamento Especializado da Capital, as quais se se dividem: BPRP (rádio patrulhamento), BPChoque (prontidão), GETAM (patrulhamento de moto), COE (operações especiais), EPMON (Polícia Montada), PPAMB (polícia ambiental), CIPCÃES (Companhia de Policiamento com Uso de Cães), CPTran (Polícia de Trânsito) e GTA (Grupamento Tático Aéreo).

No Interior, também conhecido como Comando do Interior (CPMI), as Unidades são: Batalhões (2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 9º, 10º e 11º BPM) – responsáveis pelo policiamento ostensivo, preferencialmente preventivo e de caráter comunitário, além das Unidades Especializadas (GATI, CAATINGA e CPRV) – Grupamentos Especializados em ocorrências no interior do estado.

Na polícia militar do Estado de Sergipe as divisões em Unidades Operacionais e Administrativas são funcionais; de forma que o trabalho de policiamento, segundo o Estatuto da Polícia Militar de Sergipe, pode ser realizado por qualquer das unidades. Ainda que polícia especializada tenha uma função específica, ela não prescinde das outras; as polícias administrativas também podem atuar na área operacional, igualmente ocorre com as outras polícias no país (Lazzarini, 2008).

### **1.3 A formação do policial militar em Sergipe**

Algumas instituições colaboram na formação do policial militar em Sergipe, tais como a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). No curso de formação de Praças, treinamento e capacitação, promovidos pela própria instituição, a SENASP tem papel preponderante nesse processo, juntamente com a UFS que atua na promoção de cursos de extensão e pós-graduação, através de celebração de convênios visando auxiliar na atividade policial.

Essa principal parceria teve seu início quando o Ministério da Justiça que, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) publicou, no ano de 2000, as Bases curriculares para a formação de profissionais da área de segurança do cidadão, que integram o Programa “Modernização do Poder Executivo Federal” em seu subprograma “Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos”, cujo programa foi firmado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e implementado pelo Ministério da Justiça com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP) (Brunetta, 2015).

Esse projeto visou uniformizar o treinamento de profissionais da Segurança Pública, no intuito de melhorar a formação de policiais federais e estaduais e compatibilizar currículos objetivando à garantia do princípio da equidade dos conhecimentos e consequentemente na modernização do ensino policial (Sandes, 2007).

As propostas presentes no programa foram: “identificação das necessidades de formação, aperfeiçoamento e especialização de pessoal das polícias federais e estaduais” e “proposta de compatibilização dos currículos, com vistas a garantir o princípio de equidade dos conhecimentos e a modernização do ensino policial” (Brasil, 2000).

A base curricular, segundo proposta da SENASP, tem uma estrutura comum e outra diversificada. A parte comum é composta de elementos conceituais, procedimentais e atitudinais, considerando o perfil profissional desejado para determinada área policial, desta pasta fazem parte seis áreas de estudos: missão, técnica, cultura jurídica, saúde, eficácia, linguagem e informação. A segunda parte, a diversificada, contém elementos que foram formulados de forma a reunir disciplinas com determinadas características de acordo com as especificidades de cada curso de formação, e considerando as peculiaridades de cada região (Sandes, 2007).

No tocante ao processo de inclusão nas forças policiais do estado de Sergipe, seguem duas distinções: No caso dos Oficiais, são incluídos nas fileiras da corporação através de vestibular, quando demandando pela PMSE, com a firmação de convênio com a Universidade Federal de Sergipe específico para este fim, cuja formação mínima é de três anos em academia filiada ao Estado (Sergipe não possui Academia de Polícia para formação de Oficiais), e se configurando como curso Superior de Segurança Pública.

Em se tratando das Praças, são prestados concurso de nível médio (segundo a lei Complementar n. 278/2016, foi elevada para nível superior, com prazo de até 05 anos para sua efetividade), visando à inclusão a partir da graduação de Soldado, cujo curso e treinamento dura em torno de seis a oito meses, e de acordo com plano de carreira, estes policiais podem chegar até o posto de Major QOAPM (Quadro de Oficiais Administrativos), além da existência de outros cursos de capacitação, como Atualização e Qualificação Profissional, visando a promoção à graduação seguinte, podendo ser através de outras instituições de ensino, com parcerias, ou mesmo através dos cursos a distância oferecidos pela SENASP, além do Centro de Formação localizado no Estado (Arquivo da 3ª Seção do Estado Maior).



Assim, o Estado, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento técnico-profissional e humanístico dos futuros soldados e graduados da polícia militar de Sergipe, dispõe apenas do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – (CFAP). Neste estabelecimento de ensino, os alunos são habilitados para todos os tipos de circunstâncias, desde as mais simples, como o policiamento ostensivo, até ao gerenciamento de grandes ocorrências.

Segundo Boletim Geral Ostensivo da Corporação (BGO n. ° 169, publicado no site da PMSE), as principais disciplinas ministradas durante o processo de Formação do Aluno de Soldado da PMSE são: Tiro Defensivo, Direito Penal Militar, Técnica Policial, Fundamentos da Polícia Comunitária, Ordem Unida, Ética e Cidadania, Crimes de Trânsito, Redação Oficial, Educação Física, Mediação de Conflitos, Estágio Supervisionado, Direitos Humanos e Defesa Pessoal, todas inclusas em plano de ensino contendo ementa dos cursos, disciplinas e carga horária.

No entanto, os critérios de seleção adotados ampliam as possibilidades de discussão sobre os rumos da formação profissional nas academias. As permissões para o uso da força, das armas, do direito a decidir sobre a vida e a morte são fatores que segundo Balestreri (2002) põem a polícia entre as profissões de maior predileção para pessoas com tendências psicopatas.

Segundo o DSM-IV-TR (APA, 2002) o Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS) se caracteriza como um padrão global de desrespeito e violação dos direitos de outrem, cujas características vão desde a incapacidade de adequar-se às normas sociais com relação a comportamentos lícitos, indicada pela execução repetida de atos que constituem motivo de detenção; propensão para enganar, indicada por mentir repetidamente, usar nomes falsos ou ludibriar os outros para obter vantagens pessoais

ou prazer; impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro; irritabilidade e agressividade, indicadas por repetidas lutas corporais ou agressões físicas; desrespeito irresponsável pela segurança própria ou alheia; irresponsabilidade consistente, indicada por um repetido fracasso em manter um comportamento laboral consistente ou de honrar obrigações financeiras; ausência de remorso, indicada por indiferença ou racionalização por ter ferido, maltratado ou roubado alguém (APA, 2002).

Outra questão recorrente na instituição polícia militar são as questões que envolvem a violência, tanto sofrida quanto praticada pelos policiais, e que fazem parte da rotina na atuação policial. Discorreremos sobre essas questões que envolvem essa temática, tendo em vista que essa categoria profissional é alvo constante de críticas da sociedade e da grande mídia.

#### **1.4 Aspectos da violência: entre a letalidade e a vitimização policial**

As questões que envolvem a violência estão entre os principais problemas que as polícias de todos os estados do país enfrentam, apenas a título de análise, de acordo com o 10º anuário de segurança pública (2016), uma comparação entre o Brasil e os EUA, morreram mais policiais brasileiros (113%) em serviço que no país norte americano. Foram mortas 3.320 pessoas em decorrência de intervenções militares em 2015, num país que acredita que bandido bom é bandido morto (57%), mas que também considera que a polícia exagera no uso da violência em sua atuação (70%) e que ainda afirmam terem medo de serem assassinadas (76%).

Mas existe uma boa razão para preocupação, posto que, de acordo com essa mesma pesquisa, a cada nove minutos uma pessoa é morta violentamente no país, e o perfil desses homicídios nos faz crer que eles têm idade e cor, posto que as maiores vítimas de homicídios são jovens (54%) e negros (pretos ou pardos) (73%). Uma

comparação trágica que pode ser feita com esses dados é com a guerra na Síria, que vitimou cerca e 256.124 pessoas de 2011 a 2015, no mesmo período no Brasil foram vitimadas 279.567 (A.S.P, 2016).

O relatório anual da Anistia Internacional (2016/2017) aponta que os homicídios cometidos pela polícia brasileira são realmente numerosos. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, 811 pessoas foram mortas pela polícia entre janeiro e novembro de 2016. Houve relatos de diversas operações policiais que resultaram em mortes, a maioria delas em favelas, e muitos desses crimes continuam impunes.

Em um estudo realizado por Schlittler, Silvestre e Sinhoretto, (2014) sobre a letalidade em decorrência das ações policiais em São Paulo, entre os anos de 2009 a 2011, nos 734 casos analisados, foram coletados dados sobre 939 vítimas. O perfil social e demográfico das vítimas corrobora com os dados citados acima, posto que em sua maioria foram negros (61%), homens (97%) e jovens de 15 a 29 anos (77%). Considerando o cruzamento de variáveis, percebe-se que a maioria das vítimas eram formada por jovens negros.

Segundo Machado e Noronha (2002), essa violência de policial contra indivíduos e grupos, também conhecida como violência oficial, é uma constante nas sociedades modernas e contemporâneas. No entanto, a sua forma de expressão varia de acordo com o grau de tolerância, governamental ou popular, levando a que, em certos lugares, exista mais vigilância sobre a ação policial do que em outros. Essa violência oficial estaria ligada a uma violência estrutural - que se manifesta em razão das desigualdades sócio raciais, mas que não se reduz a elas. Ou seja, na medida em que o aparato policial atua com foco na manutenção da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e negras depende da existência de controles institucionais externos e internos à atuação do aparelho policial.

Sabe-se que a falta de tais controles pode contribuir para que a violência estrutural se transforme em uma agressão direta ou interpessoal, gerando formas de vitimização e insegurança que favorecem a intolerância; além de servirem como álibis para eventuais abusos de poder por parte de policiais. Uma das consequências desse fenômeno, como refere o 10º Anuário, é que 62% da população brasileira afirmam ter medo da polícia; sendo este medo maior entre os cidadãos negros: 71% deles têm medo da polícia.

Segundo Machado e Noronha (2002) a violência policial no Brasil pode ser explicada pelos cânones da formação policial, fortemente atrelada aos moldes do Exército, com a imagem de um inimigo a ser combatido; cânones que persistem no Brasil desde a ditadura militar. Esse modelo de segurança pública tem escopo no R-200 (Regulamento das Polícias e Bombeiros Militares), criado através do Decreto n.º 88.777 de 30 de setembro de 1983, que subordina essas instituições ao Exército até os dias atuais.

Esse fato impacta diretamente no processo de educação, formação e treinamento das polícias militares, que permanecem pautados pelos ditames rígidos da hierarquia, da disciplina e da proteção do Estado e da ordem, muitas vezes em detrimento da proteção da vida, da cidadania e dos direitos humanos (Silva & Gurgel, 2016). Pode-se afirmar que esse modelo adotado para promover a segurança pública no Brasil é ineficiente na promoção da segurança individual de seus cidadãos, sobretudo da parcela marginalizada da população, notadamente os pobres (Cárdia, Adorno, & Poletto, 2003; Machado & Noronha, 2002) e negros (Adorno & Passinato, 2010; Barros 2008; Cárdia, et al., 2003; Pinc 2007, 2014; Ramos & Musumeci, 2005; Reis, 2002; Sinhoretto, 2014), sendo esses historicamente compreendidos como inimigos da ordem social.

A violência tem, portanto, vítimas preferenciais. De fato, Waiselfisz (2015), no Mapa da Violência de 2016, demonstra que a região Nordeste apresenta as maiores taxas de Homicídio por Arma de Fogo (HAF) do país em quase todos os anos do período analisado (1980-2014), com taxa média de 32,8 HAF por 100 mil habitantes em 2014. Neste ano os estados com mais elevadas taxas de HAF foram: Alagoas (56,1) Ceará (42,9), Sergipe (41,2) e Rio Grande do Norte (38,9). Das seis capitais com maiores taxas de HAF em 2014: Fortaleza (81,5), Maceió (73,7), São Luís (67,1), João Pessoa (60,2), Natal (53,0) e Aracaju (50,5), todas são do Nordeste, região com o maior crescimento médio no período: 89,2%. Destaca-se o fato de que Sergipe foi o 3º estado colocado em número de HAFs por 100 mil habitantes e Aracaju a 6ª dentre as capitais.

Outro dado que corrobora nossa análise, ainda que em um aspecto diferente, é que somente em 2015, de acordo com a Pesquisa de Vitimização e Percepção de Risco entre os profissionais do sistema de segurança pública no Brasil, cerca de 70% dos policiais militares afirmam que tiveram colegas próximos mortos em serviço e 77,5% indicaram que algum colega próximo fora vítima de homicídio fora do serviço (FBSP, 2015). Esses dados não recebem por parte da ciência a atenção devida, temos poucos estudos sobre o tema, o que pode ser explicado por certa ‘mentalidade’ de nossa sociedade, de acordo com a qual o ser humano policial nada mais é que um objeto ou instrumento de produção de segurança pública (Adorno & Minayo, 2013).

Do ponto de vista dos policiais, seu risco se materializa, principalmente, nos confrontos armados, nos quais se expõem e podem perder a vida. É certo que o risco é inerente à natureza das operações policiais. Não é menos certo, porém, que orientações institucionais, emitidas pelas autoridades hierarquicamente superiores e não raro, lastreadas em políticas governamentais de segurança pública podem agravar esse quadro de risco. Políticas do tipo “mão dura”, voltadas para o enfrentamento a

qualquer custo do crime urbano não raro potencializam o risco (Adorno & Minayo, 2013).

Percebe-se, portanto, uma estreita relação entre a violência provocada e a sofrida pelos policiais, mediadas por dinâmicas estruturais que vão além das análises superficiais. De acordo com o Jornal do Brasil (publicado em 25 de julho), até o mês de julho deste ano, o Rio de Janeiro já contabilizara 91 policiais mortos. Naquele mês uma ONG organizou uma passeata denominada “Rio de paz” em homenagem aos militares mortos e visando a reivindicação de políticas de segurança pública.

Apontando a complexidade desse contexto, Fernandes (2016) realizou um estudo nos anos de 2013 a 2014, no qual contabilizou 118 mortes de policiais militares da PM de São Paulo, os quais foram mortos durante as folgas (79,8%) ou durante o serviço (20,2%); sendo 68 mortes no ano de 2013 e 50 no ano de 2014. A maior parte das vítimas eram pessoas brancas (56,76%) e casadas (50,68%), contrastando com estudos anteriores que destacavam as vítimas solteiras. Fernandes destaca que em razão da maior exposição a lugares suspeitos, as vítimas estavam armadas (mesmo na folga), o instrumento usado para tirar suas vidas foi a arma de fogo e quase 80% das vítimas (78,38%) o foram apenas por serem policiais. Os mais vitimados foram os soldados, seguidos dos cabos e sargentos, em razão da maior vulnerabilidade de suas funções, posto que são eles quem estão constantemente no policiamento ostensivo atendendo diversas ocorrências e realizando as abordagens policiais.

### **1.5 A “seletividade” na abordagem Policial: efeitos da classe e da cor**

A abordagem policial configura-se como sendo uma das mais simples ações da prática policial, a qual tem como significado “abordar”, ou seja, aproximar, atingir (Barros, 2008). O ato de abordar é o primeiro contato policial com o cidadão, pois os

atos de prestar esclarecimentos e orientações, bem como os de correção, investigação e apreensão são todos considerados formas de abordagens policiais.

A abordagem policial ocorre mesmo sem a solicitação de indivíduos e população em geral. Ela acontece em razão da existência, avaliada pelo policial durante o serviço, do que se configura como “fundada suspeita”, tendo seus parâmetros previstos no Código de Processo Civil, no seu art. 244, quando prescreve que: “a busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja de posse de arma proibida ou objetos e/ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando houver a busca domiciliar, mediante medida determinada”.

Assim, quando da não existência de uma busca pessoal pré-determinada, conforme preconiza a legislação, ainda haverá abordagem policial em razão direta e seletiva, baseada na fundada suspeita; sendo essa ocorrência baseada na percepção do policial no âmbito da sua atividade profissional. A abordagem policial é considerada uma ação proativa, que ocorre durante as atividades policiais, com a realização de procedimentos que visam à interceptação de pessoas, veículos em vias públicas, cujo foco é a tentativa de localizar objetos ilícitos, tais como drogas e armas (Pinc, 2007).

Dados da Polícia Militar de São Paulo apontam para a alta frequência com que policiais recorrem a realização de abordagens nas ações de policiamento, totalizando 7.141.818 somente no ano de 2006, representando, portanto, 18% do total da população paulistana abordada em ações policiais (Pinc, 2007). Apesar de representar uma das principais práticas dos policiais em serviço, a abordagem ainda é um assunto pouco explorado em pesquisas; sendo os principais estudos concentrados em ações de força letal (Fraga, 2006; Muniz, Proença Jr, & Diniz, 1999; Reis, 2002), negligenciando, portanto, ações da rotina do policial e as revistas pessoais (Adorno, 1993; Caldeira, 2000; Pinheiro, 1991).

No tocante ao uso força, tem-se, em linhas gerais, que ela existe em relação ao suspeito, teoricamente dependendo da sua resistência ofensiva. Ou seja, o comportamento do policial em relação à força empregada deve estar condicionado ao grau de resistência do suspeito (Pinc, 2007). Isso é importante porque se o uso da força a ser utilizada for inferior ao demandado na ação o policial pode se tornar vítima.

De forma a operacionalizar o uso progressivo da força nas ações policiais várias corporações utilizam uma escala de uso da força continuada, que compreende uma gradação que varia de nenhuma força, ação de presença do policial uniformizado, comunicação verbal, condução do preso (com uso de algemas, técnicas de imobilização), uso de agentes químicos, táticas físicas e uso de armas de diferentes substâncias químicas e arma de fogo, até o uso da arma de fogo e da força letal (Alpert & Dunham, 2000). Este último como último recurso disponível dentre as opções acima, considerando a reação do suspeito.

Quanto à resistência do suspeito, elas existem em seis níveis, tais sejam: presença do suspeito, resistência verbal, resistência passiva, resistência defensiva, resistência física ativa e uso de arma de fogo e força letal. A cada forma de resistência deve equivaler uma ação de controle policial compatível. Tendo em vista a complexidade de situações e a ocorrência de julgamentos errôneos que podem levar ao uso da força, tanto do policial quanto do suspeito, gerando consequências muitas vezes irremediáveis, é que algumas instituições passaram a utilizar um protocolo de procedimentos operacionais padrão (POP), com vistas a orientação dos policiais na melhor forma agir nas situações de abordagem (Pinc, 2007).

O POP é um documento que tem caráter oficial, mas não é considerado impositivo, tendo em vista o respeito a autonomia do policial militar na tomada de decisões durante os contatos, cuja previsibilidade não pode ser alcançada no todo. No



entanto, a vantagem dele é a redução da margem de erro policial à medida que trata das situações cotidianas com riqueza de detalhes, orientando acerca da forma ideal de ação, sem inibir a discricionariedade do policial. Com isso, o POP prevê que a abordagem pode se desenvolver de três diferentes maneiras: (1) abordagem a pessoa sob fiscalização de polícia; (2) abordagem a pessoa em atitude sob fundada suspeita; e (3) abordagem de pessoa infratora da lei.

Todavia, o policial possui autonomia para agir, conforme seu julgamento da situação e conhecimento técnico; de forma que o POP serve apenas como parâmetro para redução da margem de erro policial, não sendo obrigatório em nenhuma das instituições policiais. Não obstante essas tentativas de minimizar os erros no julgamento da situação e na decisão em relação a melhor atitude a tomar, eles permanecem acontecendo, seja na avaliação da situação, seja na resposta à reação do suspeito. Sabemos que a abordagem por fundada suspeita é uma ação invasiva, tendo em vista que o policial geralmente apalpa o corpo e as roupas das pessoas, e a vistoria ao veículo, quando ocorre, retira tapetes, revirando bancos, porta malas e porta luvas, tudo isso aos olhos de quem estiver na rua. Essa prática pode causar constrangimentos, sendo esse um ponto de tensão entre o policial e a população (Pinc, 2014).

No Brasil não são divulgados dados sobre a abordagem policial, mas sabe-se que a situação em que se dá o encontro do suspeito com o policial é algo determinante para a abordagem policial, sendo definida por três fatores: atitude da pessoa abordada no encontro policial, taxas criminais do entorno e características do ambiente do local de encontro e a apresentação individual do suspeito, considerando vestimenta, aparência e perfil social (Pinc, 2014).

Em uma comparação realizada nas cidades de São Paulo e New York e no Chile a partir de 2013, constatou-se que em New York (EUA) as abordagens policiais

reduziram em torno de 63% em razão de processos judiciais que decretaram a inconstitucionalidade da política de abordagem (*stop-and-frisk policy*). Um dos motivos que levou a cidade americana a levar adiante as acusações foi o fato de haver desproporcionalidade na ação dos policiais, pois eram constantemente mais abordados os negros e latinos que os brancos. Em São Paulo foram abordadas o equivalente a pouco mais de um terço da população, enquanto no Chile foram em torno de três quartos, para um percentual de apenas 2,3% de pessoas abordadas em New York. No Brasil o Código de Processo Penal de 1941 autoriza o policial a realizar a abordagem; sendo a busca pessoal permitida em caso de fundada suspeita. Nos EUA a abordagem é proibida pela Constituição de 1792, salvo haver motivo razoável que enseje a sua ação.

O Supremo Tribunal Federal já admite que a fundada suspeita não deve ser pautada apenas por elementos subjetivos, devendo ter elementos concretos que evidenciem a necessidade de revista pessoal. Os elementos concretos seriam: dados estatísticos sobre a localidade, o conhecimento da área de atuação e a atitude suspeita (Pinc, 2014).

Para Bittner (2003) a polícia estaria autorizada legal e socialmente a agir frente a situações que coloquem em risco a sociedade, objetivando a manutenção da ordem e recorrendo ao aspecto simbólico da justiça. A questão conflitante aqui é em relação ao que os teóricos e legisladores chamam de discricionariedade da ação policial. Muniz (2008) aborda essa questão considerando a aplicação seletiva da lei na democracia, em que ela é apresentada como uma capacidade que não é restrita apenas aos policiais individualmente, mas também a organização como um todo.

Segundo ele a discricionariedade surge como um aspecto essencial do trabalho policial. O termo se refere à natureza ou à qualidade de um ato sem condições ou restrições que se exerce com discricção, isto é, que se executa com discernimento,

sensatez, prudência, reserva e, até mesmo, de maneira sigilosa. Já no senso comum ela refere-se, ao mesmo tempo, ao exercício do arbítrio e a sua conversão em ações arbitrárias, indesejáveis. Num jogo de relações marcado pela desigualdade, este suposto "poder policial" pode ser percebido como um sobrepeso que faria a balança pender ainda mais para o lado daqueles agentes que controlam, coagem e custodiam. Para o senso comum, essa desproporção de recursos é percebida com mais facilidade nas interações entre policiais e cidadãos do que nas relações de poder estabelecidas entre outros profissionais e o seu público.

Essa assertiva também é alvo de análise na área criminal, de acordo com Adorno (1996) que verifica em seus estudos que apesar de não existirem indícios de que negros cometam mais crimes do que brancos, há a tendência de sofrerem maior coerção por parte do sistema de justiça criminal, seja por uma vigilância mais incisiva por parte da polícia, seja por uma probabilidade maior de sofrerem punição.

Além de Adorno (1995, 1996), outros autores levantaram essas questões da distinção de regras e procedimentos judiciais aplicados a indivíduos de diferentes grupos (Coelho, 1986; Paixão, 1982; Sinhoretto, 2014). No tocante a prática policial, os sinais que são identificados numa abordagem ao suspeito são, de forma geral, apesar de não exclusiva, fortemente associados ao estrato social e à raça dos cidadãos.

Em uma pesquisa realizada em 2005 em Recife, com 78 alunos de Oficiais, 376 alunos de Soldados e 469 policiais ativos, ao serem perguntados sobre quem abordar primeiro em uma situação de suspeição que envolvesse um homem negro e outro branco, os policiais militares foram quase unânimes em dizer que o negro sofre um olhar diferenciado e, por isso, é sempre o primeiro a ser abordado – ou, às vezes, mesmo o único (Barros, 2008). Ainda nesse estudo constatou-se que a situação em relação a condutores de veículos que mais levanta suspeita é a de uma pessoa de cor preta

dirigindo um carro de luxo: trata-se de uma situação de suspeita para 21% dos policiais militares, enquanto um branco dirigindo um carro de luxo levantaria suspeita para apenas 2,6% dos entrevistados.

Muitas pesquisas focam a seletividade de gênero, escolaridade e de estrato social nas abordagens policiais (Pinc, 2004; 2007; Barros, 2008). No entanto, poucos estudos têm analisado a seletividade de cor da pele (Schlittler, Silvestre & Sinhoretto, 2014). Adorno (1995) explica essa “falta” na literatura afirmando que a questão racial não se configurava como um problema para as pesquisas sobre essas instituições e suas ligações com o crime, posto que em nossa sociedade ainda somos levados a crer que nossas relações raciais não são conflitivas.

Pesquisas que envolvam a questão racial como fator de desigualdade nas áreas jurídicas e práticas policiais, somente surgiram recentemente, a partir de ações afirmativas, com a consequente mobilização de agências do estado fomentando políticas públicas voltadas para a igualdade racial; bem como pelas reivindicações da sociedade civil. Segundo Moraes (2013), essa busca pelo reconhecimento racial surgiu a partir dos avanços de políticas afirmativas desde a obrigatoriedade dos estudos da história e da cultura da África e dos afro-brasileiros no ensino básico (lei n.º 10.639/03) até a criação de órgãos específicos no Governo Federal, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade (SEPPPIR), voltadas para a promoção da “igualdade racial”.

E somente a partir de 2012; os estudos começaram a surgir no âmbito da segurança pública problematizando essa questão racial (Barros, 2008; Schlittler et al., 2014). Os desafios que são enfrentados atualmente em relação às pesquisas dessa natureza estão relacionados à busca por indicadores que possam ajudar na verificação dessas produções de desigualdades, sobretudo em relação à questão racial. O que se verifica é que a categoria raça/cor não é considerada nas análises e no monitoramento

das ações na área da segurança pública. Elas existem enquanto dado em sistemas de análise, mas raramente são levados em consideração como indicadores relevantes de avaliação das ações policiais (Schlittler, et al., 2014).

Assim, neste capítulo, vimos que o contexto social e histórico, desde a ditadura militar, contribuiu para a formação das atuais versões de “polícias militares” estaduais, firmando a ideia da polícia como força auxiliar do exército. Essa noção de polícia se alia com os altos índices de violência e crime no país para produzir, muitas vezes, abordagens “seletivas”, focadas nos chamados “grupos de risco” ou “populações problema”, corroborando com os índices de violência já existentes. No próximo capítulo veremos como se dá essa formação dos estereótipos e como eles podem se tornar automáticos ou inconscientes, interferindo nos julgamentos sociais e em relação à figura do “suspeito”, provocando muitas vezes erros fatais de avaliação, seja em âmbito individual ou grupal.

## **CAPÍTULO 2**

### **JULGAMENTOS SOCIAIS E ESTEREÓTIPOS**

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre os julgamentos sociais e sobre os estereótipos, na medida em que estes revelam a sua influência sobre nossas decisões no dia-a-dia, impactando as abordagens policiais, uma vez que se referem a crenças, imagens e impressões em relação aos grupos sociais. Estruturamos o capítulo considerando a influência do processamento de informações que conduz à construção de estereótipos, e, por conseguinte, interfere nos julgamentos que fazemos nos processos de tomadas de decisões. Nesse âmbito, discorreremos também sobre os processos automáticos, muitas vezes responsáveis por nossos preconceitos contra grupos. A perspectiva teórica adotada é da Cognição Social.

#### **2.1 Os estereótipos nos julgamentos sociais**

Umas das atividades mais importantes e corriqueiras que as pessoas fazem é realizar julgamentos. Nossas tomadas de decisão, definidas como uma escolha de uma alternativa entre outras, tem por base a avaliação de um possível resultado, implicando necessariamente em julgar o próprio processo de avaliação, podendo ainda esse julgamento ocorrer na ausência de escolhas (Gilovich & Griffin, 1998).

Segundo Haselton e Buss (2003) possuímos “irracionalidades”, tais como os equívocos, correlações ilusórias e etc., que supostamente podem ser explicadas em razão de um limitado poder computacional de nossa mente e do tempo para processar informações. Por outro lado, em relação à detecção do sinal social, sabemos também ser importante compreender e prever o comportamento dos outros, ocorre que as pessoas costumam, às vezes, querer enganar as outras para seus próprios fins estratégicos,

apesar de considerarmos que todos somos suscetíveis a erros e vieses em se tratando de julgamento sociais.

Nossos modelos formais de julgamento e tomada de decisão são elaborados a partir de um conjunto de axiomas fundamentais que representam o bloco de construção mais basilar de análise lógica, aplicados à incerteza, valorização e escolha entre caminhos possíveis. Ocorre que as pessoas, na maioria das vezes, não podem ou não querem realizar avaliações complexas e demoradas, mesmo sendo elas necessárias para determinar uma escolha ideal; ao invés disso, simplificam todo o processo de escolha na busca por resultados rápidos e satisfatórios (Simon, 1957, citado por Gilovich & Griffin, 1998).

Esse processamento mais avaro ou econômico das informações nos leva muitas vezes a tomar decisões erradas, principalmente se estivermos em uma situação limite. Uma decisão equivocada pode gerar consequências perigosas ou desagradáveis, como no caso dos profissionais que lidam com situações limite, que envolvem a vida e a morte de outrem, como médicos, enfermeiros e policiais.

Nesse contexto, em considerando que o julgamento social envolve um processo cognitivo e social no tratamento da informação num panorama em que múltiplas variáveis podem interferir, terminam por produzir, muitas vezes, resultados ou sentenças que se afastam da realidade fática (Kahneman & Tversky, 1982), com o intuito de construção de uma nova realidade que os validem ou legitimem.

Sabendo ainda que os julgamentos sociais são afetados por heurísticas ou atalhos mentais e ainda por outros tipos de enviesamentos, como crenças ou preconceções, dentre as quais merecem destaque os estereótipos sociais e os preconceitos. Nesse sentido, temos que, falsas impressões e ou convicções podem gerar julgamentos

equivocados e estabelecer consequências graves para as pessoas envolvidas (Kahneman & Tversky, 1982).

Nossas atitudes ou condutas intergrupais são produzidas a partir das inserções sociais, e não apenas as nossas características individuais. As atitudes são fundamentadas por três componentes: o *cognitivo* – que, no caso da atitude preconceituosa, faz referência aos estereótipos, o *afetivo* - refere-se às sensações e emoções sentidas e expressadas diante de um objeto social e o *conativo* ou *disposicional* - são as predisposições comportamentais despertadas nas interações ou contatos com os objetos atitudinais (Esses, Haddock, & Zanna, 1993).

Os estereótipos compõem, portanto, as atitudes e podem ser definidos como estruturas cognitivas ou esquemas, que se referem a conhecimentos, crenças e expectativas organizadas acerca dos grupos humanos. Crenças essas socialmente compartilhadas, estruturadas e generalizadas no pensamento de uma pessoa sobre uma determinada categoria social (Fiske & Taylor, 1984, citado por Techio & Lima, 2011). Conforme Rodriguez (2000) e Huici (2003), na psicologia social os estereótipos podem ser classificando-os em seis dimensões, a saber: 1) processos errôneos x normais, 2) representação individual x coletiva, 3) diferenciação intercategoriaal x assimilação intercategoriaal, 4) representações cognitivas individualizadas, aquelas de maior familiaridade entre os membros do grupo x representações categoriais, 5) processos automáticos x controlados e 6) conteúdo x processo.

Dentre os estudiosos do fenômeno dos estereótipos e as classificações acima elencadas, destacamos Katz & Braly (1993) que consideram os estereótipos como processos errôneos, ou seja, uma generalização falha da realidade social, produzindo comportamentos que venham a supervalorizar o próprio grupo e hostilizar os demais.



Gardner (1994) analisa os estereótipos enquanto um mecanismo de diferenciação intercategoria, pontuando que eles atuam nos grupos sociais produzindo diferenciação social, ou seja, maximizando as diferenças entre grupos. De forma complementar, Haslam e Turner (1992) afirmam que os estereótipos são um mecanismo de assimilação intracategoria, atuando para tornar semelhantes todos os membros dentro de uma mesma categoria ou grupo social. Fiske (1998) sistematiza essas visões quando afirma que os estereótipos são dispositivos que simplificam a realidade social, promovendo a facilitação do processo de categorização e diferenciação entre os grupos (endogrupo e exogrupo).

Tajfel (1981), no âmbito da Teoria de Identidade Social, aborda os estereótipos considerando-os como consequência do processo de categorização social, afirmando que eles ocorrem nas relações intergrupais, entre os membros e entre os grupos, seja enfatizando características positivas do próprio grupo, aumentando sua distintividade positiva; seja maximizando a negatividade dos traços referentes ao exogrupo.

Constata-se, portanto, que a definição de estereótipos na literatura é bastante complexa, posto que existem muitos significados, apesar de em sua maioria estarem todos baseados na ideia geral de que os estereótipos são traços, atributos tidos como característicos de determinados grupos sociais, ou de indivíduos membros desses grupos, sendo esses atributos o diferenciador entre eles (Stangor, 2009).

Na perspectiva da cognição social, o processo de estereotipia envolveria *a atenção, codificação e a recuperação*. A atenção estaria vinculada às informações observadas, ao uso da seletividade em fixarmos nossa atenção em algumas características e não em outras, bem como ao direcionamento de nossa atenção em função de um conhecimento prévio. A codificação incluiria a interpretação e o armazenamento e estaria relacionado ao fato dos estereótipos servirem como guias de

interpretação, além de se correlacionar com os nossos esquemas mentais pré-existentes. A recuperação estaria ligada ao resgate da memória das informações arquivadas, os estereótipos direcionariam esse resgate, pinçando os conteúdos consoantes com os esquemas (Moya, 1999).

Os estereótipos são, segundo Allport (1954), a base cognitiva do preconceito. Essa concepção traz como grave consequência à noção de que o preconceito pode ser entendido como resultado normal e inevitável do processo de categorização, ligando-se à economia psíquica. A principal abordagem no âmbito da cognição social sobre o papel da economia cognitiva nos estereótipos é conhecida pela metáfora do “*Cognitive Miser*”. Essa perspectiva considera que a percepção humana seria adaptada para fazer uma seleção do material do ambiente apenas daqueles estímulos que considerasse relevante, e por economia e avareza mental, os aspectos mais simplificados com o menor gasto de esforço e energia possível.

Além de desconsiderar uma parte substancial da informação, o avaro cognitivo tende a tratar a informação de forma superficial, sem dar-lhe a devida atenção, elaborando rapidamente deduções a respeito dos estímulos na tentativa de reduzir o fluxo das informações a pequenas unidades, favorecendo o pensamento categórico e a utilização de atalhos mentais durante o processamento da informação (Pereira, 2013). E de acordo com esse entendimento, o avaro cognitivo estaria subordinado à noção de limites, tais como: Temporal (em razão do escasso tempo para tomada de decisão); Quantidade de dados (por não dispor de todas as informações para se realizar julgamentos) e Habilidades (por ser incapaz de tratar de forma concomitante, uma gama de informações em curto espaço de tempo) (Sanford, 1987 citado por Pereira, 2013).

Em considerando esse aspecto de economia psíquica, teríamos que apenas algumas ou uma característica de fácil identificação, desencadearia um processo de

estereotipia de forma automática, sem controle consciente do indivíduo (Bargh & Chartrand, 1999). Assim, conforme postulado por Bodenhausen (1998), buscar entender o funcionamento dos mediadores cognitivos e sua atuação no julgamento social pode ser considerado, talvez, o objetivo principal de qualquer pesquisa em cognição social.

Outro aspecto em relação aos estereótipos está ligado ao seu conteúdo. Fiske, Cuddy, Glick e Xu, (2002) propuseram um modelo de conteúdo dos estereótipos com base no postulado de que seu conteúdo seria ambivalente e estruturado em duas dimensões primárias, quais sejam: competência e a sociabilidade. Os autores consideram ainda que essas dimensões se combinam entre si produzindo diferentes tipos de atitudes ou preconceito.

De acordo com esse modelo, a dimensão da competência estaria ligada a eficiência, agência, inteligência e habilidade, enquanto a sociabilidade estaria ligada a amabilidade e sinceridade (Fiske, Xu, Cuddy, & Glick, 1999; Fiske et al., 2002). Altos escores de sociabilidade combinados com baixo em competência produziriam o preconceito do tipo paternalista. Altos escores em competência e baixo em sociabilidade desenvolveriam um tipo de preconceito baseado na inveja ou ressentimento, desencadeando atitudes de evitação.

Nesse modelo, os estereótipos combinados com as emoções ocupariam um importante papel servindo de mediadores das atitudes e interações intergrupais. De acordo com Cuddy, Fiske e Glick (2007) as emoções que são de maior impacto seriam as de compaixão, inveja, admiração e desprezo, diferenciando-se de acordo com as quatro combinações de dimensões estereotípicas.

Diferentes dimensões dos estereótipos despertariam distintos tipos de atitudes, mediadas por diferentes emoções. Assim, grupos sociais que apresentam baixa competência e alta sociabilidade seriam percebidos como incapazes e pouco

ameaçantes, para eles a atitude intergrupar despertada seria de proteção. Os grupos considerados de alto status (classificados como competentes e pouco sociáveis), ajudariam no processo de justificação do sistema social, além de reforçar o sentimento de ressentimento em relação aos grupos dominantes (Fiske, Cuddy, Glick, & Xu, 2002).

Fiske, Xu, Cuddy e Glick (1999) e Fiske et al.; (2002), em estudos nos Estados Unidos, demonstram que as duas dimensões: competência e sociabilidade, organizam eficazmente os estereótipos sobre a sociedade em quadrantes, sendo o grupo de competentes e amáveis ou calorosos, correspondendo a classe média, ou seja, os americanos cristãos; enquanto o quadrante correspondente a classe incompetentes e frios, estariam ligados aos grupos de latinos, moradores de rua e pessoas pobres. Os incompetentes e calorosos incluiriam os idosos, pessoas com deficiência e os italianos. E, finalmente, o grupo do quadrante dos competentes e frios seriam os grupos invejados, tais como os judeus, asiáticos e pessoas ricas.

Além desses aspectos ligados ao conteúdo dos estereótipos, fatores como a ativação de estereotipias também são fundamentais para se entender as nossas atitudes e de como realizamos determinadas tarefas e atividades sem controle da nossa consciência, cujo processo discorreremos a seguir.

## **2.2 Processos automáticos e estereótipos**

Segundo Bargh e Chartrand (1999), nós não conseguiríamos lidar com todos aspectos da vida com eficiência se tivéssemos que pensar de forma consciente sobre eles, posto que temos uma capacidade limitada processamento e de auto regulação do nosso comportamento potencialmente baixo. Essa pode se configurar como uma realidade nada agradável para os indivíduos, em razão da crença e do desejo que possuímos acerca do nosso livre arbítrio e determinação humana; de forma que

reagimos à ideia de o nosso sistema cognitivo não possuir a capacidade de controle consciente de todas as atividades do cotidiano.

Nossa mente possui duas habilidades cognitivas complementares: 1) as chamadas representações internas estáveis - modelos mentais sobre o mundo, de forma ordenada e previsível e 2) um processamento flexível, referente à capacidade de flexibilidade para adaptação ao inesperado (Macrae & Bodenhausen, 2000). No processamento flexível ocorreria uma operação dos dois módulos mentais que se complementam, o sistema neocortical (sistema de aprendizado lento), responsável pelo armazenamento de nossas crenças gerais, que atua através de constantes repetições de estímulos, de forma a manter nossa percepção estável do mundo, são resistentes ao processo de mudanças e são também conhecidas como memória semântica. O outro módulo é o sistema hipocampal (sistema de aprendizado rápido), o qual é responsável pela formação de representações temporárias de estímulos não estáveis e surpreendentes, também chamada de memória episódica, estas, portanto, não causam impacto nas crenças gerais do indivíduo, a menos que se tornem repetitivas, passando a integrar o sistema neocortical (Macrae & Bodenhausen, 2000).

A interação entre esses dois sistemas possibilita que tenhamos uma visão ao mesmo tempo estável, previsível, mas também adaptável às situações novas e inesperadas (Macrae & Bodenhausen, 2000). Porém, no processo de armazenamento de informações, nossa mente precisa ignorar alguns elementos considerados incongruentes, pois ao nos depararmos com uma dada categoria, suspeitos, por exemplo, uma série de atributos é ativada cada vez que essa categoria se apresente, baseados ou não numa experiência prévia, bem como em aspectos socioculturais, compatíveis ou não com a realidade dessa categoria social.

Essa ativação dos estereótipos acontece no âmbito dos chamados processos automáticos. Os processos automáticos podem ser definidos como sendo aqueles que acontecem quando o indivíduo não tem a intenção consciente de produzi-los, compreendendo ainda quatro atributos: não consciência, eficiência, não intencionalidade e não controlabilidade (Bargh, 1994). Assim, a ativação automática seria a ausência de qualquer uma dessas quatro características que viabilizam o controle do processamento da informação (Lima, 2002).

De acordo com Bargh, (1994) em relação aos seus atributos, temos que a *não consciência* pode ser analisada por três caminhos: quando a pessoa não está consciente dos estímulos que desencadeiam os processos, quando a pessoa está inconsciente da forma pelo qual é feita a interpretação e categorização do estímulo e quando a pessoa está inconsciente dos julgamentos e estado afetivo. A *eficiência* refere-se à demanda de recursos de atenção durante o processamento de informações, quanto mais recursos forem dispendidos menor a eficiência do processo. A *intencionalidade* se refere à decisão de forma voluntária e consciente de alguém em iniciar ou não o processo. Em relação à *controlabilidade* refere-se à capacidade de se gerenciar ou poder parar o processo em determinado momento. A eficiência é a mais considerada nos estudos sobre automaticidade, tendo em vista que a simples verificação de que foram utilizados baixos recursos atencionais já poderia ser definido como dentro do contexto dos processos automáticos.

A diferenciação entre os processos automáticos e os controlados é destacada por Pereira, Dantas e Alves (2011) por meio da proposição de dois sistemas: sistema 1 (o qual exige pouco ou nenhum esforço atencional, pois ocorrem fora do nosso nível de consciência e sua origem antecede o sistema 2. O sistema 1 consome poucos recursos atencionais, pois o processamento é realizado de forma paralela, sendo rápido e atuando

de forma subliminar. O sistema 2 exige recursos atencionais, ocorre de forma consciente, seu processamento é serial, tem menor velocidade que o sistema 1 e seu nível de processamento é complexo pois exige a capacidade de análise e síntese, diminuindo a capacidade de realização de outras tarefas de forma paralela.

Essas diferenciações ocorrem apenas do ponto de vista conceitual, posto que estes são processos que ocorrem de forma inextrincável no indivíduo, considerando que os processos controlados são uma continuidade dos processos automáticos (Pereira et al., 2011).

Os estereótipos podem ser ativados de forma automática pela simples exposição a um membro do grupo estereotipado (Pereira, 2015). Mas apesar da complexidade do fenômeno de estereotipia, esse controle do pensamento estereotipado, mesmo sendo difícil, pode ser realizado. No entanto, a supressão do estereótipo pode implicar em “efeito rebote”, uma vez que o estereótipo pode voltar a atuar quando a supressão cessar, levando os estereótipos a serem mais ativos que antes (Macrae, Bodenhausen, Milne, & Jetten, 1994).

A força dos estereótipos justifica-se em razão de que cumprem a função de manter as tradições culturais e serem decisivos na manutenção do *status quo* que favorece a estabilidade das posições ocupadas por vários agentes sociais (Tajfel, 1982). Assim, a pessoa, num primeiro momento define, imagina e constrói seu modelo mental do mundo, e num segundo momento, fixa o olhar de acordo com esse modelo. Um ataque aos estereótipos é visto como uma agressão às suas crenças centrais, um ataque à visão que o indivíduo possui de si e do mundo cultural ao seu redor (Pereira, 2015).

Pode-se inferir que o comportamento social é em grande medida composto por automatismos, havendo pouco espaço para o controle. Embora esta seja uma sentença verdadeira, não necessariamente as pessoas deixam de controlar suas ações, elas fazem

isso e com certa frequência, mas o que é interessante, do ponto de vista dos processos psicológicos, é compreender quando e como fazemos isso (Fiske, Gilbert, & Lindzey, 1998).

### **2.3 Estratégias de controle dos processos automáticos de estereotipia**

Embora esse controle da manifestação do estereótipo pareça muito difícil ele não é impossível. O controle pode ser eficaz a partir de três fatores: o conhecimento ou consciência da ativação do estereótipo, a motivação para responder sem preconceito e a disponibilidade de recursos cognitivos (atenção e memória) para inibição dos estereótipos e a substituição de respostas enviesadas automáticas por respostas intencionais e não preconceituosas (Devine, 1989). No entanto, se algumas das condições acima não forem devidamente satisfeitas, as respostas sofrerão influência estereotípica, mesmo naquelas pessoas que não se considerem preconceituosas, em razão da sua ativação automática.

Devine e Sharp (2009), em seus estudos sobre automatismo e controle de estereótipos, analisando diversos estudos, agruparam alguns dos resultados referentes a fatores moderadores na ativação e aplicação dos estereótipos. O primeiro fator consiste na disponibilidade de recursos atencionais; outro fator é contexto social, posto que as ativações dos estereótipos são moderadas pelo meio social; o terceiro fator refere-se às diferenças individuais, ou seja, os indivíduos que estejam altamente motivados internamente para o controle dos vieses ativados pelos estereótipos podem chegar a índices menores nas escalas de preconceito do que aqueles que não estejam motivados, ou apenas motivados externamente.

Seria ótimo se pudéssemos anular todos nossos preconceitos simplesmente dizendo para nós mesmos que eles não fazem sentido. Se isso ocorresse,



automaticamente todos os nossos estereótipos negativos desapareceriam (Pereira, 2015). Acontece que não funciona assim. Precisamos considerar as condições, motivações individuais e objetivos dos enviesamentos, para em seguida fazer uso, não apenas da estratégia da supressão, mas também de outros meios para evitar o impacto dos estereótipos em nossas vidas.

Essas chamadas estratégias de controle, podem efetivamente combater o viés intergrupar (estereótipos e preconceito). Mas, como afirmam Devine e Sharp (2009), elas dependem do fator principal: as pessoas precisam reconhecer e identificar o viés ou a potencial existência do viés, para que possam controlá-lo. No entanto, na prática, os vieses causados pela ativação automática dos estereótipos são desconhecidos e não facilmente detectáveis nas relações intergrupais, reduzindo a eficácia dos métodos de controle.

Para tanto, pesquisas desenvolvidas nessa área são de suma importância para entender a relação entre os automatismos e o controle, bem como sua influência em nossas vidas, conforme veremos descritos em alguns paradigmas nos próximos tópicos.

## **2.4 Evidências empíricas sobre ativação automática e controle dos estereótipos:**

### **Paradigma do *priming* e da latência de resposta**

Na década de 1990, com a visão de que os estereótipos eram crenças compartilhadas sobre atributos pessoais, em especial traços de personalidade, a estereotipia passou a ser definida como o processo de se formar um julgamento estereotipado em relação a um indivíduo apresentando-o como tendo traços congruentes com os demais membros de uma dada categoria (Leyens, Yzerbyt, & Schandron, 1994).

Essa mudança na definição dos estereótipos promoveu uma reordenação dos métodos de investigação, levando à utilização do *priming* como forma de manipulação

de variáveis independentes e adoção de medidas de tempo de reação em decisão lexical como maneira de medição das variáveis dependentes (ver Lima & Vala, 2004, para uma revisão).

Esse efeito gerado pelo *priming* se refere à influência que a exposição prévia a determinado estímulo pode acarretar na resposta a um estímulo subsequente, sem que exista consciência do indivíduo sobre tal influência. A literatura que trata desse fenômeno refere-se inclusive a sua presença, principalmente, em percepções e comportamentos, podendo implicar, por exemplo, em alterações nas motivações, avaliações, julgamentos ou decisões (ver Júnior, Damascena, & Bronzatti, 2015, para uma revisão).

Várias são as técnicas usadas em estudos de *priming*, tais como: o *priming conceitual* que envolve dois ou mais conceitos distintos, a fim de ativar representações mentais que possam exercer determinada influência nos contextos subsequentes. Este tipo de *priming* se subdivide em subliminar (é aquele no qual os estímulos são apresentados de forma muito breve, de modo a não serem captados pela percepção consciente) e o supraliminar (neste, o indivíduo é exposto ao *priming* como parte de uma tarefa consciente, podendo enxergar plenamente os estímulos, mas não percebendo o padrão entre eles, quando o *priming* é realmente gerado). O *mindset priming* no qual a ativação ocorre de forma intencional, ou seja, não passiva, ocorre com a devida preparação de um plano de ação, onde é necessário um ato de vontade consciente por parte do participante e como resultado há um papel maior desempenhado pela intenção e consciência deste; e por fim, o *priming sequencial* quando um estímulo já é conhecido, e a associação é realizada de forma mais rápida em função da acessibilidade crônica (Bargh & Chartrand, 2000).

Para Salles, Jou & Stein (2007) as pesquisas utilizando *priming* são ainda bastante escassas, ele notou que os estudos internacionais, notadamente os realizados com crianças, trazem resultados não consensuais, ao que ele atribui a uma variabilidade dos procedimentos metodológicos. Raros também são os estudos brasileiros e isso se aplica também ao campo da psicologia. Numa busca realizada em junho de 2017, considerando o período de 2012 a 2017, nos bancos de dados de artigos brasileiros (SciELO, periódicos da Capes e Google acadêmico) com os termos “*priming*” e “*prime*” foram encontrados apenas dez artigos, os quais citamos a seguir, de forma cronológica: Pereira (2002); Fialho (2003); Victoria, Soares e Moratori (2005); Lima, Machado, Ávila, Lima e Vala (2006); Borine (2007); Salles, Jou & Stein (2007); Busnello (2008); Pereira (2010); Oliveira et al., (2010) e Júnior, Damacena e Bronzatti (2015).

No tocante a latência de resposta, verifica-se sua existência quando ocorre uma inconsistência entre o estereótipo mantido e a uma informação apresentada, e são também responsáveis por uma maior lentidão no processamento da informação (Lima, Machado, Ávila, Lima, & Vala, 2006). Esse paradigma é utilizado, em termos metodológicos, na investigação de determinada característica, na verificação de compatibilidade com o estereótipo da categoria ativada, sendo que, ao ter contato com a categoria e a característica, uma maior demora na resposta pertinente indica uma incompatibilidade entre as duas em relação ao estereótipo. Com isso, se o sujeito demora mais a associar uma determinada característica a uma categoria social, é sinal de que as mesmas não se encontram associadas esquematicamente no seu sistema cognitivo. Por conseguinte, se a associação é rápida, significa que o percurso entre as duas no esquema da categoria é curto, indicando uma associação entre os dois.

A estratégia mais usada para medir atitudes implícitas é conhecida como *Implicit Association Test* (IAT), foi desenvolvido por Greenwald, McGhee e Schwartz (1998),

ocupando lugar preponderante em pesquisas sobre preconceito automático (Nosek, Smytr, Sriran, Linder, Divos, Ayala &, Greenwald, 2009). Neste paradigma é avaliado o tempo de resposta a uma ação como indicador de um processamento automático da informação, considerando milésimos de segundos entre um estímulo e a resposta a esse estímulo.

Tomando ainda os pressupostos sobre os processos automáticos de estereotipia, Payne (2001) desenvolveu o paradigma de identificação/desidentificação de armas, utilizando fotografias de rostos de negros e brancos como *priming* após os quais apareciam fotografias de armas e de objetos neutros. No estudo 1, os participantes identificaram as armas mais rapidamente quando o *prime* foram faces de pessoas negras. No estudo 2 os participantes se mostraram mais precisos para diferenciar armas de objetos neutros quando o *prime* foi uma face negra do que quando foi uma face branca.

Em estudos realizados nos EUA, verificou-se que o comportamento agressivo era percebido como mais ameaçador quando era realizado por um Afro-americano do que por um branco (Duncan, 1976, citado por Correll, Park, Judd, & Winttenbrunk, 2002). Avançando nesses estudos, foi verificado que esse viés na percepção era semelhante tanto em pessoas Brancas como em Afro-americanos (Sagar & Schofield, 1980 citado por Correll et al., 2002), o que sugeria que essa polarização não seria fruto de uma internalização de atitudes americana anti-africana, como podia se pensar anteriormente, mas sim de um processo cognitivo estereotipado sobre um grupo alvo. Anos antes Devine (1989) já havia referido que o impacto da cor da pele sobre a interpretação poderia ocorrer mesmo sem a participação da consciência.

## **2.5 Processos automáticos e identificação de armas e suspeitos: O Jogo “*First Person Shooter Task*” (FPST)**

Ampliando a perspectiva de Payne (2001), Correll e Colaboradores (2002) realizaram quatro estudos, com vistas à verificação das afirmações anteriores no tocante ao viés da percepção e a existência dos estereótipos em relação à cor da pele. Nesse processo foram investigados o efeito da cor da pele sobre a decisão dos participantes em disparar em um alvo, para tanto, foi apresentado um vídeo game simplificado que simula a ação de um agente de polícia que se confronta com uma situação potencialmente hostil do alvo, a qual o mesmo deverá decidir se atira ou não. Nesse jogo interativo, imagens de pessoas que estão, ora armadas e ora desarmadas, sendo brancas e negras, aparecendo em inesperadamente em uma variedade de contextos.

No jogo foram utilizados um total de 80 ensaios no videogame, criados para cruzar a cor da pele dos alvos, com o uso da arma, nessas imagens aparecem 20 homens, sendo 10 Brancos e 10 Negros, e cada um desses modelos aparecem quatro vezes, duas vezes como alvo usando arma, e duas vezes como um alvo não armado, todas aparecendo aleatoriamente. Os objetos foram 04 (alumínio prateado, uma câmera de prata, aparelho celular e uma carteira preta), as armas foram 02 (um revólver cano curto prata e um pistola preta 9 mm).

No primeiro estudo foram realizados com 40 (quarenta) participantes, todos alunos de graduação, sendo 24 do sexo feminino e 16 do sexo masculino, na qual houve uma gratificação monetária para cada acerto para participar do experimento.

O estudo dois foi realizado com 44 (quarenta e quatro) alunos de graduação, em troca de uma gratificação, com a oportunidade de ganhar um dinheiro adicional por marcar pontos no jogo (sendo esse incentivo, considerado pelo autor como algo que aumente o significado relacionado às recompensas e às sanções). Nesse estudo,

diferente do primeiro, eles estavam cientes que seriam pagos em função do desempenho no jogo, e algumas adequações nas gravações dos dados foram realizadas para melhorar a abrangência do processo de análise.

O estudo 1 e 2 forneceram evidências de que a decisão de atirar no alvo armado era feita mais rapidamente e com mais precisão se o alvo era Afro-americano do que se ele era Branco, enquanto a decisão de não atirar era feita com mais rapidez e precisão se o alvo era Branco. No estudo 3 o autor realizou uma primeira tentativa de testar as previsões. Após jogarem no videogame os participantes completariam um questionário concebido para medir o preconceito e duas formas de associação entre afro-americanos e violência. Foi utilizada uma medida de avaliação do estereótipo pessoal e outra para avaliar o estereótipo cultural, considerando os estudos de Devine (1989). Nesse experimento, participaram 48 (quarenta e oito) universitário, sendo 26 mulheres e 22 homens, todos Brancos. Os dados encontrados nesse estudo sugeriram que a magnitude do viés foi relacionada com a percepção dos participantes acerca dos estereótipos cultural sobre os afro-americanos e não se relacionou com o viés negativo em relação ao estereótipo pessoal.

No estudo 4, participaram 52 adultos, interpelados em estação de ônibus, shoppings e praças de alimentação, sendo homens e mulheres, afro-americanos, brancos, asiáticos, latinos e hispânicos e negros. Nesse estudo se buscou avaliar os níveis em relação ao viés da percepção, se somente pessoas brancas apresentavam-no ou os demais também o confirmariam. Os estudos foram consistentes do efeito da cor da pele para todos os participantes, o qual foi facilitado quando o alvo era afro-americano, ao passo que a decisão de não atirar foi facilitada quando o alvo era branco.

Esses estudos confirmam os achados de Payne (2011), apesar dos instrumentos e experimentos serem diferenciados, este com uso de tarefa sequencial, correlacionado

imagens de rostos e objetos (ferramentas e armas), enquanto aquele apresentou simultaneamente cor da pele e objeto (objetos comuns e armas). Assim, ambos os paradigmas revelaram o efeito pronunciado da cor da pele sobre a reação a armas.

Correll, após esses primeiros achados, realizou novas pesquisas em outros contextos. Correll, Urland e Ito (2006) analisaram a manifestação de regiões cerebrais referentes à ameaça e ao controle. Foi observado que quando a imagem de um alvo negro era precedida por uma arma as regiões do cérebro responsáveis por expressões de ameaça entravam em maior atividade, enquanto que regiões responsáveis pelo controle manifestavam menor atividade. Assim, esses resultados indicaram que a atividade neurológica (ERP) pode ser um mediador da relação entre os estereótipos culturais e o *shooter bias*.

Outro estudo foi realizado por Correll, Judd, Wittenbrink, Sadler e Keese (2007) que compararam o viés racial no comportamento de atirar de policiais e cidadãos comuns em termos de velocidade e precisão ao atirar em alvos pretos e brancos. De modo geral os policiais foram mais rápidos em responder corretamente, mais capazes de detectar a presença de uma arma e estabeleceram um critério mais elevado para atirar. No entanto, os policiais foram semelhantes a amostra de cidadãos comuns na expressão do viés racial na velocidade com que fizeram as decisões de atirar/não atirar, de modo que as respostas congruentes com o estereótipo cultural prevalente exigiram menos tempo do que as respostas a alvos com o estereótipo cultural incongruente.

Após alguns desses achados, Sim, Correll e Sandler (2013) investigaram se o treinamento de policiais atua na redução do viés racial na decisão de tiro. Os resultados indicaram que os participantes ao lerem artigos sobre criminosos negros mostraram pronunciado viés racial; quando leram sobre criminosos brancos, o viés foi eliminado. Já os policiais não foram afetados pelo tipo de artigo que liam.

Os dados encontrados sugerem que o treinamento permite que os participantes ignorem ou substituam informações raciais e aprendam a se concentrar em sugestões relevantes para a tarefa. Contudo, quando o contexto de treinamento ou a natureza das experiências de trabalho reforçou a associação entre negros e perigo, o treinamento não atenuou o viés racial.

Correll, Hudson, Guillermo, Steffanie e Ma (2014) investigando o paradigma com oficiais de polícia, encontraram que o exercício de controle cognitivo permite aos participantes controlar a influência do estereótipo cultural contra os negros. Após essas pesquisas, Correll, Wittenbrink, Crawford e Sadler (2015) novamente encontraram os efeitos de facilitação da violência contra os negros e a demonstração de que, mesmo tendo um tempo ilimitado para responder, os participantes mantêm o *shooter bias*.

Foi observado ainda que os estereótipos influenciam a identificação do objeto, as informações sobre armas são identificadas mais rapidamente quando o alvo é negro, enquanto que informações sobre telefones celulares e carteiras são mais reconhecidas quando o alvo é branco. Como nos demais estudos acerca do viés do atirador foi percebido o mesmo padrão, o de que a cor da pele do alvo afeta a percepção de ameaça e o processamento de uma informação estereotipada do estímulo.

Acerca dos pressupostos base do paradigma de Correll (O dilema do oficial de polícia), utilizados em várias pesquisas posteriores, indica que os estereótipos que ligam negros ao risco ou perigo promovem viés racial na decisão de atirar, na medida em que facilitam as respostas corretas para alvos armados, mas inibem as respostas corretas para alvos desarmados (Correll, Park, Judd, & Wittenbrink, 2007).

Esse paradigma de Correll e Colaboradores (2002) foi testado no país através do estudo de Araujo (2016), realizados com 108 estudantes de uma Universidade, na qual se buscou investigar o efeito do humor nas expressões de racismo, utilizando o



instrumento “*First Person Shooter Task*” (FPST); cujos resultados não apontaram para o efeito do humor, sobretudo do humor racista, no racismo implícito dos participantes. No entanto, indicaram uma influência da cor da pele do suspeito na decisão de atirar dos participantes “civis”, tanto na velocidade quanto na precisão.

Assim, considerando esses dados acima elencados, entendemos serem necessárias pesquisas junto às instituições policiais, as quais lidam diariamente com situações limite. No próximo tópico, trazemos algumas dessas pesquisas já realizadas no país abordando a temática dos estereótipos e suspeitos, corroborando ainda mais com nossos estudos e hipóteses aventadas nesse estudo.

## **2.6 Estereótipos e percepção de suspeitos nas ações policiais**

No ano de 2015, como em anos anteriores, ocorreram situações que foram noticiadas pela mídia, em que fatos reais de policiais que, por um erro de avaliação, alvejaram pessoas, aparentemente inocentes e desarmadas, por confundirem determinados objetos com uma arma letal. Fica então o questionamento, será que é fácil distinguir uma arma de outro objeto? Ou outros atributos dos possíveis suspeitos foram avaliados e julgados juntamente como existência do risco de uso de arma.

Foi assim, quando um erro de avaliação durante uma ronda policial, como a ocorrido no Rio de Janeiro no dia 29 de outubro de 2015, quando um graduado da Polícia Militar do Rio de Janeiro, confundiu um macaco hidráulico com uma arma, atirando e levando a óbito dois jovens (Estadão, 2015). Essa mesma reportagem repercutiu em vários jornais da capital e demais cidades do país, evidenciando um fato passível de ocorrer durante a atuação do policial militar, ou seja, confundir um objeto qualquer, usado por alguém em atitude suspeita, com uma arma.

Considerando os fenômenos da violência e da criminalidade, sabemos que estes devem ser analisados no contexto da exclusão social, mas não se pode negar que possam existir distorções nos julgamentos sociais que amiúde podem definir sobre a vida ou sobre a morte de alguém. No exemplo acima explicitado, esse erro do policial na percepção do objeto é amplamente estudado pela Psicologia Social, mais particularmente nas áreas de pesquisa sobre relações intergrupais e aspectos cognitivos.

Esse erro de avaliação ou julgamento social, em outras circunstâncias, poderia ter um desfecho menor, pois ao confundirmos alguém, normalmente não estaríamos infringindo uma lei, ou ser algo com tantas consequências, mas como podemos perceber no exemplo acima, durante uma ação policial, o erro, pode acarretar em consequências funestas para ambos, tanto para o que produz o ato como para quem o recebe.

Exemplificando a complexidade em torno dessa temática, Souza e Reis (2014) realizaram um estudo com policiais militares do Estado do Pará, acerca dos procedimentos de abordagem policial e busca pessoal durante patrulhamento nos bairros periféricos da cidade de Belém/PA, onde foram analisados a forma utilizada pelos policiais na identificação de indivíduos que consideraram suspeitos, bem como para saber como eles experimentavam e percebiam a própria abordagem policial. Nesse estudo foram utilizados questionários, os quais foram aplicados aos policiais e a jovens da periferia, sendo 335 policiais e 403 jovens. Os inquiridos responderam que as suspeitas que induzem as abordagens policiais não apresentaram um respaldo legal claro, embora fossem corriqueiros na atividade de policiamento ostensivo, bem como a verificação de que tais procedimentos eram assinalados por marcadores pessoais estereotipados, o que gerava, entre os jovens dos bairros da periferia, avaliações negativas em relação ao trabalho policial na área.

Reis (2002) realizou uma pesquisa sobre suspeição policial na cidade de Salvador/BA, na qual buscou compreender a imagem que o policial constrói sobre o tipo social que considera suspeito, os quais na maioria das vezes eram considerados como negros. Em seu estudo foram utilizados os dados oriundos de 30 entrevistas realizadas como policiais de diversas patentes, em duas Companhias (departamentos de policiamento) da instituição. Com o recurso de imagens e da entrevista, pode-se caracterizar o “tipo ideal” do suspeito abordado nas ruas pela Polícia Militar de Salvador, onde esse suspeito foi caracterizado como sendo, em muitos casos, homem, negro, rastafári, com uso de tatuagens e ou cicatrizes pelo corpo, correntes de ouro, com jeito de andar “meio gingado”, denominado pelos policiais como “tombo”, e normalmente moradores de favela e das invasões.

Em 2010, Sinhoretto realizou um trabalho sobre desigualdade racial e o contexto da segurança pública, desenvolvido pelo grupo de estudos sobre violência e administração de conflitos da Universidade Federal de São Carlos. Nesse estudo buscou investigar a existência de mecanismos de produção da desigualdade racial na atividade policial em São Paulo, a partir de dados sobre letalidade e prisões em flagrante. Os dados apontaram para o perfil das vítimas e dos policiais envolvidos, incluindo a variável cor\raça das vítimas. Foi verificada uma maior vigilância sobre a população negra, a pesquisa documental indicou uma maior frequência de ilícitos por este extrato social, além de serem mais visados pela ação policial. Nesse estudo, foi constatado também que os negros são a maioria das vítimas de morte por policias (61%), com idade até os 24 anos. Entre os autores, segundo a Ouvidoria do Estado, a sua maioria eram brancos (80%), com idades entre 25 e 39 anos e pertencentes aos quadros de Praças da Corporação (90%), com destaque para soldados e sargentos, onde quase todos eram homens, pertencentes, em sua maioria, às unidades especializadas (30%).

Outro estudo que buscou testar o viés racial no uso da força letal por policiais no país, foi realizado por Cano (2014). O autor utilizou pesquisas de suplemento de vitimização da PNAD, realizadas pelo IBGE, além de pesquisa de opinião de 1995 a 1997, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, cujos resultados indicaram que os negros tem maior probabilidade de serem agredidos por policiais do que brancos, bem como a indicação de eles teriam mais medo da polícia.

Considerando os estudos elencados acima, percebe-se a presença flagrante dos estereótipos, muitas vezes de forma automática, em relação a determinados grupos na atividade policial. Neste trabalho objetivamos, no estudo 1, investigar os estereótipos que os policiais possuem (de forma controlada), sobre os suspeitos e qual a relação desses estereótipos com a cor da pele. Nos estudos 2 e 3 pretendemos analisar a ativação automática dos estereótipos, utilizando para tanto o paradigma do Dilema do Oficial de Polícia de Correll et al. (2002). Nossa hipótese é que haverá associação dos estereótipos dos suspeitos com pessoas negras e pobres e que haverá mais facilitação na simulação de tiro em alvos negros que brancos; sendo estes resultados mais fortes em policiais em formação do que nos já formados.

## **CAPÍTULO 3**

### **Estudo 1: Os estereótipos que os policiais possuem acerca do suspeito.**

O presente estudo pretendeu avaliar os estereótipos que os policiais possuem em relação aos suspeitos e em que medida esses estereótipos se relacionam aos dos negros e pobres. Para tanto realizamos um estudo junto a uma amostra de Policiais Militares de Sergipe.

#### **3.1. Objetivos Específicos**

- Verificar as características que os policiais atribuem aos suspeitos, a pessoas brancas, pessoas negras e as pessoas pobres;
- Analisar se as interseções entre os estereótipos dos suspeitos e as características atribuídas a negros, brancos e pobres;
- Analisar o conteúdo dos estereótipos considerando as dimensões primárias em relação às categorias negros e brancos.
- Analisar se o nível da formação acadêmica dos policiais influencia na percepção do estereótipo em relação ao suspeito;
- Verificar se ocorre diferenciação na descrição dos estereótipos do suspeito por policiais lotados em unidades especializadas e batalhões de área e os do serviço administrativo.

#### **3.2 Hipóteses**

H1 – Os estereótipos dos suspeitos serão mais semelhantes aos dos negros e pobres.

H2 – O conteúdo dos estereótipos relacionados aos negros e pobres será de alta cordialidade e baixa competência, o dos suspeitos será de baixa cordialidade e baixa

competência e o dos brancos será de alta cordialidade e alta competência (Fiske et al., 2002).

H3 – Os policiais com mais tempo de serviço possuem menos estereótipos dos suspeitos do que aqueles que possuem menos tempo de serviço

H4- Os policiais com formação acadêmica superior ou mais apresentarão menos estereótipos em relação ao suspeito em relação aos demais policiais.

H5 – Policiais pertencentes às unidades especializadas e batalhões de área possuem mais estereótipos em relação aos suspeitos que os policiais lotados nas unidades administrativas.

### 3.3. Método

#### 3.3.1 Participantes

Participaram da pesquisa 150 (cento e cinquenta) policiais militares da capital e interior, sendo 124 homens (82,7%) e 26 mulheres (17,3%), selecionados de forma aleatória entre os oficiais e as praças nas diversas Unidades da Corporação<sup>1</sup>, nas unidades de policiamento ostensivo (BPCHOQUE, CPTRAN, EPMON, CPMC, CPML, GETAM, GTA, PPAMB, BPGD, BPTUR, 1º BPM, 5º BPM, 8º BPM E 10º BPM), perfazendo um total de 70 policiais (46,7%) e no serviço administrativo (QCG, SAM, Ouvidoria, CCSV, HPM), no total de 80 policiais participantes (53,3%).

Em relação ao posto/graduação, 45 eram soldados (30,6%), 44 cabos (29,3%), 44 sargentos e subtenentes (29,3%), 10 oficiais subalternos e intermediários (6,6%) e 4 oficiais superiores (2,7%); o tempo em serviço na corporação foi relatado pelos policiais em anos, os quais variaram de 01 a 32 anos ( $M= 17.4$  e  $DP= 7.8$ ).

Em relação à cor da pele dos participantes, os mesmos se auto classificaram como 14 brancos (9,3%), 102 pardos (68%), 32 pretos (21,3%) e 2 amarelos (1,4%), A

---

<sup>1</sup> As descrições detalhadas das unidades e suas principais funções encontram-se no capítulo 1, que trata da organização da polícia militar em Sergipe.

idade dos participantes variou de 21 a 57 anos ( $M= 39.5$ ; e  $DP= 7.1$ ), 33 eram solteiros (22,1%), 101 casados (67,3%) e 15 divorciados (10,1%).

### 3.3.2 Instrumentos e procedimentos

A presente pesquisa foi realizada no período de 01 a 15 de abril de 2017, mediante aplicação individual de questionários, com a presença da pesquisadora realizando a explicação acerca da pesquisa e entrega do termo de consentimento livre e esclarecido.

Inicialmente realizamos um pré-teste com todas as quatro categorias e apresentadas a 20 policiais (cinco policiais responderam perguntas de cada categoria), os quais realizaram a tarefa e devolveram as respostas, as mesmas foram analisadas e verificadas acerca da viabilidade das mesmas características serem aplicadas as categorias diferentes, o presente teste foi conduzido pela pesquisadora junto a todos os participantes e logo após a aplicação foi perguntado se houve alguma dificuldade em respondê-los. Após retorno positivo dos participantes e análise das respostas, conduzimos as etapas seguintes.

O questionário abordava a atribuição de características a grupos sociais, tínhamos ainda associações livres utilizando como termos indutores os rótulos sociais das quatro categorias (suspeitos, brancos, pretos e pobres) e dados sociais e demográficos de caracterização dos participantes. Foram aplicados quatro modelos de questionário para cada grupo de participantes: 1 – Estereótipos dos suspeitos (60 policiais responderam a esse questionário); 2 – Estereótipos dos Negros (30 policiais responderam a esse questionário), 3 – Estereótipos dos Brancos (30 policiais responderam a esse questionário) e 4 – Estereótipos dos Pobres (30 policiais responderam a esse questionário) (ver Apêndices).

Para os quatro modelos de questionário foram ainda elaboradas perguntas com base nas características dos suspeitos, todas retiradas dos relatos de policiais em estudos na área de segurança pública realizados no país nos últimos anos, a exemplo dos da Revista Fórum de Segurança Pública e os do Centro de Estudos em Segurança Pública. Foi utilizada uma escala de 10 pontos para atribuição de pertencimento a característica, variando de 0% (ninguém do grupo possui esse traço) a 100% (todos do grupo possuem esse traço); para efeito de corte consideramos como estereotípica de uma dada categoria apenas as respostas acima dos 5 pontos, ou seja, aquelas que indicavam que entre 41% e 50% dos membros da categoria possuíam aquele traço (ver questionário nos apêndices).

### 3.3.3 Aspectos éticos

O presente trabalho foi aprovado pela comissão de ética e pesquisa seguindo todos os critérios do Conselho Nacional de Saúde, estabelecidos na resolução nº 510/2016. O parecer de n.º 1.939.345, de 23 de fevereiro de 2017 (ANEXO I).

Elaboramos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), para os respondentes, os quais tiveram conhecimento do objetivo do estudo, além de serem informados sobre o seu anonimato e a livre participação na pesquisa.

### 3.3.4 Análise dos Dados

Os dados foram analisados através de software de dados estatístico (*SPSS*) e de análise textual (*IRAMUTEQ*), de forma a identificar os estereótipos que os policiais possuem em relação ao suspeito e suas relações com os estereótipos dos negros, brancos e pobres.



### 3.4 Resultados e Discussão

Analizamos o conteúdo dos estereótipos que os policiais possuem sobre os suspeitos a fim de entendermos se efetivamente a cor da pele negra e o estrato econômico e social são elementos que contingenciam essa imagem.

Ao analisarmos o questionário considerando as palavras que surgiram dos policiais através da associação livre, para tanto, utilizamos a seguinte pergunta: “Quando você pensa em **PESSOAS BRANCAS/NEGRAS/POBRES/SUSPEITO**, quais as primeiras palavras, sentimentos ou imagens que lhe vêm à mente? Tente escrever 05 (cinco), colocando-as em ordem de importância. Dessa questão surgiram inicialmente um total de 148 categorias associadas aos quatro grupos. Essas respostas foram sistematizadas a partir das dimensões de conteúdo dos estereótipos de Fiske et al. (2002) e geraram 23 categorias relacionadas. Essas associações nos revelaram os principais estereótipos associados a cada um dos grupos, a saber:

Tabela 1: Categorias (estereótipos relacionados aos pobres, negros, brancos e suspeitos).

CATEGORIAS	PERCENTAGEM			
	SUSPEITO	POBRE	NEGRO	BRANCO
COMPETÊNCIA (inteligentes, bom nível educacional, ricos, capitalismo, materialistas, burguesia, elite, hegemonia, oportunidades, família importante, padrão, ascensão social, boas condições econômicas)	0 (0%)	2 (1,3%)	1 (0,7%)	10 (19,5%)
SOCIABILIDADE (fraternidade, amizade, valoriza os outros, reconhecimento, igualdade, respeito, amor, cativantes, alegres, criativos, alegria, honestidade, coragem, espírito, força, luta, trabalho, dignidade)	0 (0%)	19 (4%)	20 (19,8%)	5 (3,4%)
FRIOS (metidos a melhores, intolerância, personalidade forte, indiferença, superioridade)	3 (9,4%)	0 (0%)	2 (1,3%)	13 (8,8%)
SENTIMENTOS NEGATIVOS (raiva, mágoa, tristeza, vingança, insegurança, desconfiados, incivilidade)	12 (8,1%)	1 (0,7%)	0 (0%)	2 (1,3%)
FENÓTIPO BRANCO (pele clara, região sul, loiros, cor clara, olhos claros, cabelo liso).	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	14 (9,4%)
FENÓTIPO NEGRO (negros, dentes claros, corpo definido, atleta, cabelo crespo, rastafári)	4 (2,7%)	1 (0,7%)	12 (8,1%)	1 (0,7%)
BOA APARÊNCIA (boa aparência, beleza, bonito, limpeza, asseio)	0 (0%)	0 (0%)	2 (1,3%)	11 (7,3%)
MÁ APARÊNCIA (sujo, má aparência)	4 (2,7%)	1 (0,7%)	0 (0%)	0 (0%)
POBREZA/EXCLUSÃO (mendigo, favela, periferia, desigualdade, marginalizado, ignorantes, sem oportunidade, poucas condições econômicas, baixa escolaridade, injustiçados, necessidade, dificuldade, abandono, desprotegidos, vulneráveis, marginalizados)	4 (1,3%)	71 (41,3%)	17 (11,9%)	3 (2%)
EXPLORAÇÃO (exploração, escravidão, sofrimento)	0 (0%)	8 (5,4%)	7 (4,7%)	0 (0%)
RACISMO (discriminação, racismo, preconceituosas)	0 (0%)	3 (2%)	14 (9,4%)	7 (4,7%)
DIREITOS (saúde, educação, emprego, lazer, reconhecimento)	0 (0%)	12 (8,1%)	2 (1,3%)	0 (0%)
TRABALHADORES (trabalhadores, economicamente ativos, trabalho)	0 (0%)	2 (1,3%)	5 (3,4%)	3 (2%)
PERFIL (silhueta, apetrechos, vestimenta, material que leva, mãos escondidas, roupas inadequadas ao ambiente, mal trajados, cabelo tingido de loiro, volume na cintura, uso de bonés, uso de mochilas, aparência, uso de bicicleta, carro e moto).	60 (40,2%)	3 (2,0%)	0 (0%)	2 (1,3%)
ATTITUDE (atitude, comportamento, andar apressado, olhar desconfiado, gestos, nervosismo, assustado).	88 (59,1%)	1 (0,7%)	0 (0%)	2 (1,3%)
AMBIENTES (local, noite, situação)	15 (10,1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
TATUAGEM	11 (7,4%)	0 (0%)	1 (0,7%)	0 (0%)
GÍRIAS (uso de gírias, linguajar chulo)	13 (8,7%)	2 (1,3%)	0 (0%)	0 (0%)
NORMAL (pessoas, seres humanos, gente, seres vivos, vida, sociedade)	2 (1,3%)	1 (0,7%)	10 (6,7%)	18 (12,1%)
POUCO RESISTENTES	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	7 (4,7%)
VIOLÊNCIA (droga, violência, crime, bandido, ladrão, perigoso, fuga, abrigo, mala, perigo, risco, alerta, preocupação, atenção, autor, infração, abordagem, armados, estatísticas, infração).	48 (32,2%)	6 (4%)	2 (1,3%)	3 (2%)
LEI (segurança, legalidade, lei, dever, processo, investigação)	8 (5,4%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
OUTROS NÃO CATEGORIZÁVEIS (tem armada, tranquilidade, delicadeza, dois ou mais, culturas diferentes, dança, pagode, alienação, política)	5 (3,4%)	4 (2,7%)	5 (3,4%)	4 (2,7%)

De acordo com a tabela acima, e considerando o nosso primeiro objetivo específico, que tratava dos estereótipos em relação as quatro categorias apresentadas, temos em

relação aos suspeitos: perfil do suspeito (estas características estão ligadas a forma como ele se apresenta, suas vestimentas, roupas inadequadas ao ambiente, mal trajados, volume na cintura, uso de bonés e mochilas a tiracolo); atitude do suspeito (nervosismo, pressa ao andar, comportamento, olhar desconfiado, gestos, assustado; uso de tatuagem; segurança, que compreende a ideia de legalidade, dever e processo; má aparência; e os aspectos relacionado ao ambiente, como local, noite e situação).

Ainda em relação à categoria pobres, ficou evidenciada uma associação com ícones da pobreza (e.g., favela, periferia, desigualdade, marginalizados, sem oportunidades, baixa escolaridade), à exclusão (injustiçados, dificuldades, abandono, desproteção, vulnerabilidade, insegurança), exploração, vistos como escravidão e sofrimento; foram evidenciados aspectos relacionados aos direitos sociais, como: saúde, educação e lazer.

No tocante a categoria de negros, foram evidenciados aspectos relacionados à pobreza, exploração, à semelhança da categoria pobres; racismo e pessoas normais.

As características que mais se evidenciaram das associações livres em relação aos brancos, foram relacionados à condição de competência, considerados como sendo inteligentes, com bom nível de educação; sucesso social (relacionados à ascensão social, elite, burguesia, oportunidades, família importante, padrão, boas condições econômicas), boa aparência, racismo, como aspecto de normalidade, arrogantes (indiferença, superioridade) e doentes (pouco resistentes).

De acordo com as características acima, verifica-se que houve confirmação, em parte, da nossa Hipótese 1, posto que, apesar de destacarmos a existência de uma variedade de associações em relação a cada uma das categorias apresentadas, existe uma similaridade das características associados a pessoas suspeitas e pobres, e chama-nos a atenção que algumas características relacionadas a pessoas pobres, também são atribuídas, ou evocadas, em relação a pessoas negras.

E em relação ao conteúdo dos estereótipos, que previa alta competência e baixa sociabilidade para os brancos. Na mesma direção do modelo do conteúdo dos estereótipos, verificamos que os pobres e os negros são percebidos como tendo alta sociabilidade (*warm*) e baixa competência. Como hipotetizado (Hipótese 2), os suspeitos foram descritos como nada competentes e nada calorosos. Esses resultados confirmam os achados nos estudos de Fiske, Cuddy, Glick e Nosek (2004).

Após essa análise, verificamos através da escala de 10 pontos, nas quais perguntamos aos policiais, quais características eles atribuiriam a uma dada categoria. Nelas, os resultados indicaram que poucas características ou estereótipos foram atribuídos aos membros da categoria apresentada, ou seja, estavam acima dos 40% de identificação com o grupo. De forma específica, da lista de traços utilizada, apenas quatro traços foram considerados pelos policiais como sendo típicos dos suspeitos, foram eles: *má aparência, uso de tatuagem, mora em periferia e andam acompanhado*. Correlacionando-os com os principais estereótipos atribuídos aos suspeitos de acordo com as associações de palavras (Tabela 1) verificamos algumas similaridades, como má aparência e uso tatuagem.

A partir desses quatro estereótipos atribuídos aos suspeitos, testamos a Hipótese 3, buscando verificar se os policiais com mais tempo de serviço tinham menos estereótipos dos suspeitos que policiais com menos tempo. Procedemos então a uma análise de correlação, a qual indicou que não existe relação entre a estereotipia do suspeito e o tempo de atividade policial,  $r(138) = -.03$ ,  $p = .71$ .

A fim de termos uma análise dos impactos das variáveis sociais e demográficas nas representações estereotípicas sobre as quatro categorias sociais, utilizamos o software de análise textual *IRAMUTEC*, onde buscamos confirmar os achados anteriores e testar nossas Hipóteses 4 e 5.

O *corpus* analisado foi composto por 146 Unidades de Contexto Iniciais (UCIs), que se referem às respostas dos participantes à questão formulada. Ele possui 805 palavras analisáveis (indicadoras de sentidos), com frequência média de 2.02 vezes por palavra, sendo 398 o total de palavras distintas. A análise dividiu-se em 52 Unidades de Contexto Elementares (UCEs), que são os segmentos de texto extraídos pelo *IRAMUTEC* a partir das UCIs. Esses segmentos são retidos na Classificação Hierárquica Descendente (CHD)<sup>2</sup>. No *corpus* analisado, a CHD correspondeu a 35,6% do vocabulário empregado.

Figura 1. Classificação Hierárquica Descendente da representação social dos quatro grupos (suspeitos, brancos, negros e pobres)

---

<sup>2</sup> A CDH visa estabelecer a divisão mais nítida possível entre as classes, evitando a sobreposição de palavras (Espíndula & Santos, 2004).

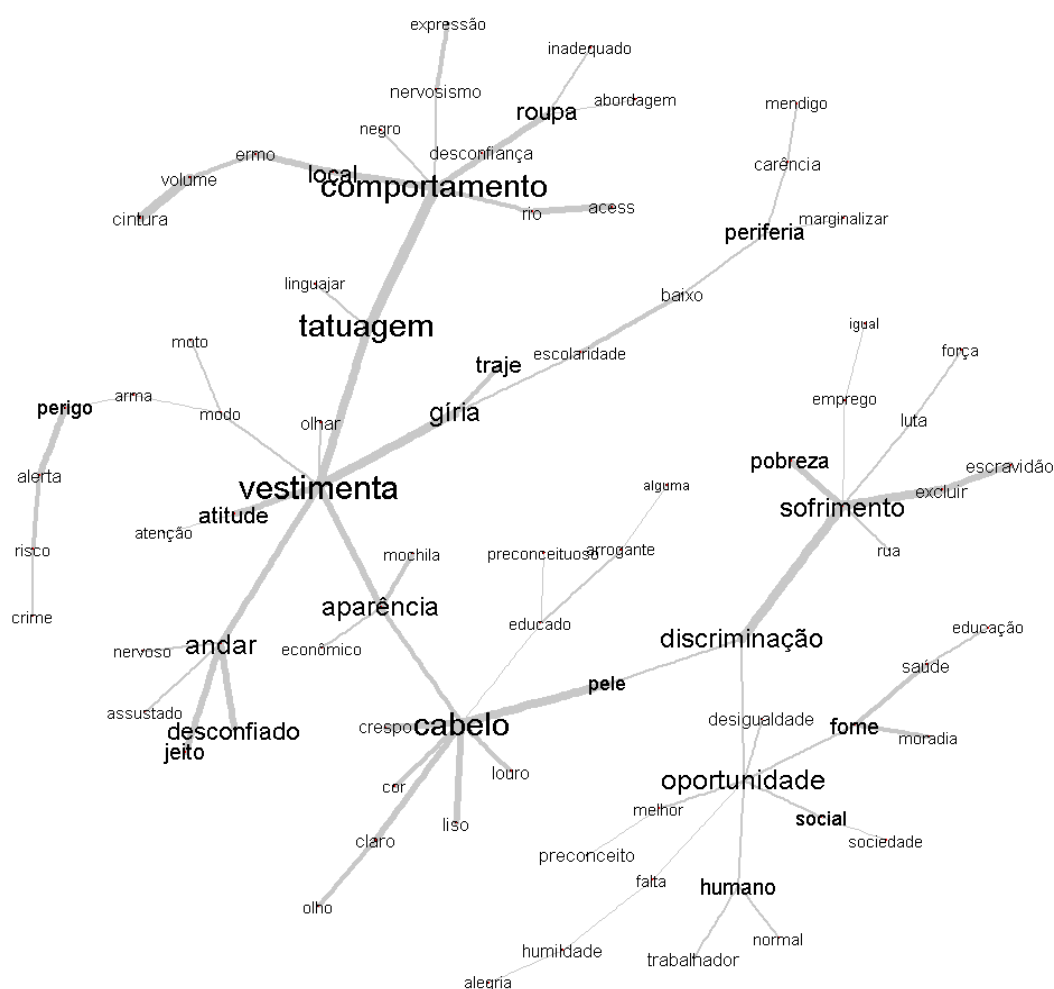
Classe 1 – Atitude suspeita (15 UCEs) 29%			Classe 2 - Aparência suspeita (17 UCEs) 33%			Classe 3 - Pobres (20 UCES) 38%		
Palavras	$X^2$	$f$	Palavras	$X^2$	$f$	Palavras	$X^2$	$f$
Desconfiado	23.32	8	Tatuagem	28.72	11	Oportunidade	19.81	10
Andar	19.95	7	Roupa	12.91	8	Fome	12.94	7
Olhar	13.65	5	Gíria	10.33	7	Saúde	6.93	4
Jeito	10.69	4	Aparencia	7.69	8	Desigualdade	6.93	4
Atitude	4.7	6	Compt.	5.63	5	Sofrimento	5.09	3
Nervoso	2.22	3	Cabelo	3.52		Humildade	5.09	3
Mochila	2.22	3		3.03	11	Rua	5.09	3
						Moradia	5.09	3
*Gr_Suspeitos	14.48	27	*Gr_Suspeitos	6.1	27	Social	4.03	5
*lot_CPTRAN	5.13	2	*lot_BPGg	4.28	2			
*3º Grau inc.	4.5	4	*cor_Branca	4.28	2	*GR_Pobres	29.85	16
*lot_CPMC	3.78 n.s	9	*3º Grau comp.	2.85 n.s	28	*2º Grau comp.	6.92	11
*sex_ Fem.	2.53 n.s	13	*sex_Mascul.	2.36	39	*Lot_CPMI	5.09	3
						BPM	4.03	5

Na Figura 1, podemos ver que as representações sociais das quatro categorias se estruturam em três classes léxicas. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) nos permite compreender que o *corpus* foi dividido em dois subgrupos. Num segundo momento, o subgrupo superior foi dividido em dois, do qual resultaram nas classes 1 e 2, e o subgrupo inferior onde consta a classe 3. Isso significa que as classes 1 e 2 se aproximam mais entre si e se relacionam com a classe 3. A classe 1, responsável por 29% do léxico e 15 UCEs, integrou a representação do suspeito objetivada pela atitude e o perfil. Trata-se da representação social do suspeito, uma vez que este grupo aparece como variável estruturante do léxico. Essa representação foi mais frequente nos policiais que atuam na Companhia de Policiamento de Trânsito (CPTran) e no Comando do Policiamento da Capital (CPMC, com formação de 3º grau incompleto e

de sexo feminino. A classe 2, que ela corresponde a 33% do léxico analisado e 17 UCEs, também traz uma representação do suspeito. Ela se objetiva pela aparência, com destaque para o uso de tatuagens. Essa representação foi mais comum dentre os policiais do Batalhão de Guarda (BPGD) de cor da pele branca, com terceiro grau completo de escolaridade e de sexo masculino. Finalmente, a classe 3, que respondeu por 20 UCES e 38% do léxico, traz uma representação social dos pobres, uma vez que este grupo ancorou essa Representação Social (RS) como variável estruturante do *corpus*. Nessa representação aparecem os elementos de exclusão e falta de oportunidades juntamente com a “humildade”. Ela foi mais frequente dentre os policiais de segundo grau completo e lotados no Comando do Policiamento do Interior (CPMI) e Batalhões de área (BPM).

Ao realizar a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), o IRAMUTEQ permitiu visualizar, sob a forma de um plano fatorial, as oposições resultantes da CHD. Como mostra a Figura 1, pode-se observar que as três classes, as duas primeiras (1 e 2) refere-se ao mesmo grupo alvo (suspeito), enquanto a classe 3 refere-se ao grupo alvo (pobres). Nisso, pode-se perceber que cada classe abrange contextos semânticos específicos, que se refere à raiz semântica da palavra que mais interferiu na classe, permitindo se analisar a ação das variáveis e atributos e das três classes observadas considerando as variáveis (grupo alvo, lotação e sexo do participante e formação acadêmica).

Figura 2 – Análise de similitude das representações sociais dos grupos



Categorias de análise: G1 - Suspeito, G2 - Pobre.

Através da análise de semelhanças (Figura 3) pode-se identificar a estrutura do que os policiais têm acerca das categorias de análise. Verificou-se que os grandes eixos organizadores estão relacionados à categoria suspeito, cujas principais palavras são: comportamento, tatuagem, vestimenta. Consta-se que a nuvem de palavras agrupa e organiza as palavras graficamente em função da sua frequência, no entanto, é considerada uma análise lexical simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita a rápida identificação das palavras-chave de um *corpus*.



De acordo com a nuvem das palavras mais evocadas pelos policiais, se destacam: comportamento, tatuagem vestimenta, jeito de andar (relacionado a categoria suspeito), discriminação, sofrimento, pobreza, periferia (relacionado a categoria pobre), e cabelo, escravidão, luta e força (relacionado a categoria pobre). Observamos que os termos que aproximam a representação do suspeito da representação dos pobres são “periferia” e “cabelo”, conduzindo a “sofrimento”, “discriminação”, “pobreza” e “escravidão”. De forma que suspeitos e pobres são percebidos como sendo ambos da periferia e como tendo determinado tipo de cabelo, sobretudo, crespo ou tingido de loiro, tal representação passa também pela pele negra, pois inclui a discriminação e a escravidão. Interpretamos que a conexão da representação do suspeito com a representação dos pobres é mediada pelo fenótipo dos negros. Ou seja, os suspeitos se associam a pobreza e essa à cor da pele negra. Assim, podemos constatar que a nuvem de palavras corrobora com os resultados explicitados anteriormente.

Em relação as nossas hipóteses ainda não elencadas, verifica-se que não houve confirmação da nossa hipótese H4, tendo em vista que os estereótipos dos suspeitos estavam presentes nas falas dos policiais com menor grau de formação, quanto aquele com formação acadêmica superior (conforme Figura 1). Foi verificada essa relação apenas em relação aos estereótipos da categoria “pobres”, onde os policiais com segundo grau de formação apresentaram mais estereótipos em relação a essa categoria. Em relação a Hipótese 5, houve confirmação, em razão dos policiais lotados em Unidades Especializadas apresentarem mais estereótipos do que aqueles pertencentes às Unidades Administrativas.

Uma vez realizado este estudo que buscou identificar os estereótipos que os policiais possuem em relação ao suspeito, tencionamos nos próximos estudos (2 e 3) analisar, de forma implícita, o efeito da cor da pele na decisão de tiro policial, através de um instrumento de medidas implícitas específica para este fim.

## CAPÍTULO 4

### **Estudos 2 e 3 - Processos automáticos de estereotipia: O Dilema do Oficial de Polícia**

Neste capítulo foram feitos dois estudos com o objetivo de analisar o efeito da cor da pele dos suspeitos na decisão de tiro de policiais em início de carreira e outro com mais de dez anos de atuação, através do uso de um instrumento que investiga o preconceito implícito, utilizando o jogo interativo “**First Person Shooter Task**” (FPST), desenvolvido por Correll e cols. (2002).

#### 4.1 Objetivos:

##### 4.1.1. Objetivo geral:

O objetivo geral dos dois estudos é analisar os efeitos da cor da pele dos suspeitos na decisão de tiro em policiais em início de carreira e em policiais com mais de dez anos de atuação.

##### 4.1.2 Objetivos específicos:

- Analisar se os policiais militares são mais rápidos em atirar em suspeitos brancos ou negros.
- Verificar se os policiais variarão seus erros e acertos na decisão de atirar em função da cor da pele do suspeito.
- Analisar se ocorre o viés do atirador, ou seja, se os policiais serão mais rápidos em atirar em suspeitos armados do que em não atirar em alvos desarmados.
- Verificar se há diferenças nos efeitos da cor do suspeito na decisão de tiro dos policiais iniciantes comparados com os com mais de dez anos de atuação.

## 4.2 Hipóteses:

H1- Os policiais apresentarão viés racial em relação ao alvo/suspeito (*shooter bias*), ou seja, serão mais rápidos em atirar em alvos negros que em alvos brancos armados e cometerão mais erros em atirar em negros desarmados que em brancos desarmados.

H2 - Os policiais cometerão poucos erros de avaliação na decisão de tiro, tanto em relação aos alvos pretos quanto aos alvos brancos, armados e/ou desarmados.

H3 - Os policiais com mais tempo de serviço serão mais rápidos na decisão de tiro, tanto em relação aos alvos negros quanto aos alvos brancos, armados e/ou desarmados.

H4 - Os policiais com mais tempo de serviço cometerão menos erros de avaliação na decisão de tiro em relação aos policiais em início de carreira, tanto em relação aos alvos negros quanto aos alvos brancos, armados e/ou desarmados.

## Estudo 2

### 4.3. *Shooter bias* em Policiais em formação

#### 4.3.1. Método

##### 4.3.1 Participantes

Participaram desse estudo 60 (sessenta) policiais militares em formação, sendo a coleta de dados realizada no Centro de Formação de Praças – CFAP, no dia 21 de agosto de 2016, das 08h00min às 12h00min, sendo todos alunos do curso Técnico de Formação em Segurança Pública – CTSP (Formação de soldados da PMSE – AL CFSd). Todos eram do sexo masculino, com idades variando entre 19 a 30 anos ( $M = 25.4$ ,  $DP = 3.05$ ). Em relação à cor da pele, 08 participantes se autodefiniram como brancos, 41 como pardos e 09 como pretos. Dois participantes não se auto classificaram.

Quanto a escolaridade, a maioria dos policiais possui nível superior incompleto (53.3%) ou completo (23.3%), outros 14 participantes possuem nível médio (23.4%).

#### 4.3.2 Desenho

O estudo adotou um desenho do tipo 3 (cor da pele dos participantes: brancos, pardos e negros) x 2 cor dos suspeitos (brancos vs. negros) x 2 objeto (arma vs. objeto inofensivo). A primeira variável foi between-subject e as duas seguintes foram within-subject

#### 4.3.3 Procedimentos

Inicialmente foi solicitada autorização a instituição policial militar por meio de ofício dirigido ao Subcomandante da Polícia Militar, responsável pelo efetivo policial e deliberações administrativas, o qual foi devidamente autorizado.

Após autorização do Comando da PMSE, foi agendado o dia para realização da pesquisa, os participantes foram convidados a colaborar em uma pesquisa sobre percepção e reação a estímulos em ambiente virtual. Todos, em grupos de 06 (seis), e no total final de 10 (dez) grupos, foram conduzidos ao laboratório de informática do Centro de Formação, onde cada grupo demorou em torno de 22 (vinte e dois) minutos entre a explicação do objetivo da pesquisa (idêntica para todos os participantes), realização do teste e o *feedback*. Na data acima descrita foi realizada a coleta, sendo que no dia anterior foi instalado, nos computadores do laboratório de informática do referido Centro, o programa que hospeda o jogo "First Person Shooter Task" (FPST), desenvolvido por Correll e cols. (2002), chamado de *Inquisit*, instalado em 06 (seis) computadores, tanto o programa acima descrito, quanto o vídeo interativo. A aplicação do jogo é simples e de fácil compreensão, contendo uma parte auto demonstrativa e

outra efetiva (jogo em si), todas realizadas com a presença de alguns comandos específicos cujas informações prestadas aos participantes antes da aplicação foram todas iguais. A coleta de dados foi realizada em apenas um único dia, no período da manhã, onde foi buscado obter o maior número de participantes dentro do conjunto de policiais em formação, que totaliza 360 (trezentos e sessenta) policiais em formação no Centro no período da pesquisa.

#### 4.3.4 Instrumento

O Jogo funciona da seguinte forma: ele utiliza uma série de fundos e de figuras, com um total de 20 imagens pessoas e 80 imagens de fundo. No jogo são apresentados 20 modelos homens, sendo 10 pretos e 10 brancos. Cada um destes aparece quatro vezes, sendo duas vezes portando uma arma e duas vezes portando um objeto inofensivo. No jogo foram utilizados como objetos inofensivos (um alumínio prateado, uma câmera prata, um telefone celular preto e uma carteira preta) e duas armas (um revólver de cano curto prata e uma pistola preta de 9 mm). Cada um dos objetos aparece igualmente em cada uma das cinco posturas.

As quatro imagens alvo para cada modelo são sobrepostas aleatoriamente aos fundos de modo que cada fundo é utilizado uma vez em cada uma das quatro condições e o modelo alvo não aparece no mesmo fundo mais do que uma vez. As imagens de fundo incluem uma série diversificada de fotografias, como estação de trem, parques, entrada de hotel, restaurante, fachadas e calçadas de uma cidade do Canadá. Abaixo trazemos exemplos das figuras e fundos do Jogo.

No total são 80 ensaios no videogame, com 20 ensaios em cada célula em um desenho 2x2, criado para cruzar a etnia do alvo com a presença de armas ou objetos inofensivos. Os ensaios se iniciam com a apresentação de um ponto de fixação, seguido

de uma série de fundos vazios, sendo o número de fundos em um dado ensaio determinado aleatoriamente, variando de 1 a 4. A duração de cada fundo é aleatória, variando de 500 a 1000ms. O final da série é seguido pela imagem do alvo, criada pela sobreposição do alvo na última imagem de fundo de modo que do ponto de vista do participante um homem simplesmente aparecia na imagem. Desse modo, o desenho do jogo foi concebido para que o participante nunca soubesse quando o alvo apareceria em segundo plano ou quanto uma resposta seria necessária (Correll et al, 2002).

Para jogar o participante deve decidir o mais rápido possível se o objeto que o homem está segurando é uma arma ou um objeto inofensivo. Se for uma arma o participante deve atirar, não sendo uma arma o mesmo deve recusar o tiro. Um tiro correto em um alvo segurando uma arma gera um ganho de 10 pontos, e uma correta rejeição, não atirar em um alvo segurando um objeto inofensivo, gera 5 pontos. Um tiro em um alvo segurando um objeto inofensivo resulta em uma punição de menos 20 pontos, e uma rejeição de tiro em um alvo segurando uma arma resulta em menos 40 pontos.

Para minimizar as ausências de respostas o jogo penaliza com menos 10 pontos os participantes que não conseguem responder a um alvo dentro de 850ms. Esta janela de tempo é selecionada para forçar os participantes a responderem de forma relativamente rápida. Decisões dos participantes (atirar ou não atirar) e seus tempos de reação são registrados para cada tentativa. Ao final de cada julgamento um *feedback* é dado ao participante informando se a sua decisão havia sido correta e mostrando-lhe o seu total de pontos cumulativos.

Imagens retiradas do Jogo "First Person Shooter Task" (FPST)



Ilustrações do jogo: Imagem de 1 a 4: esquerda-acima (homem branco portando arma), direita-acima (homem negro portando objeto neutro), esquerda-abaxo (homem negro portando arma), direita-abaxo (homem negro portando objeto negro).

#### 4.3.5 Aspectos éticos

O presente trabalho foi aprovado pela comissão de ética e pesquisa seguindo todos os critérios do Conselho Nacional de Saúde, estabelecidos na resolução nº 510/2016. O parecer de n.º 1.939.345, de 23 de fevereiro de 2017 (ANEXO I).

Elaboramos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), para os respondentes, os quais tiveram conhecimento do objetivo do estudo, além de serem informados sobre o seu anonimato e a livre participação na pesquisa.

#### 4.3.6 Análise dos Dados



Os dados foram analisados através de um software de análise estatística, de forma a identificar o impacto da cor da pele do suspeito na decisão de tiro policial. As análises foram divididas em duas sessões com o objetivo de torná-las mais claras, respostas de atirar em alvos armados e não atirar em alvos desarmados e análise de respostas de não atirar em alvos armados e atirar em alvos desarmados.

Na sessão das respostas *atirar em alvos armados e não atirar em alvos desarmados* foram realizadas as seguintes análises: a) caracterização da amostra por meio de estatísticas descritivas; b) análise de variância com medidas repetidas 3x2x2 para acessar as diferenças entre as médias dos grupos experimentais;

Na sessão *não atirar em alvos armados e atirar em alvos desarmados* realizamos as análises; a) análise de variância com medidas repetidas 3x2x2 para acessar as diferenças entre as médias de frequências de respostas dos grupos experimentais; b) análise de variância com medidas repetidas 3x2x2 para acessar as diferenças entre as médias de latências de respostas dos grupos experimentais;

#### 4.4 Resultados e Discussão

Nesse estudo analisamos o processo de ativação e aplicação automática dos estereótipos. O pressuposto era o de que haveria uma associação automática entre a cor da pele negra e a percepção de ameaça e suspeição e que esta associação desencadeava o *shooter bias*.

Para analisarmos os tempos de resposta foram excluímos todos os *trials* nos quais os participantes falharam em responder dentro da janela de tempo (850 ms.), ou seja, responderam de forma incorreta (e.g., atirar num suspeito desarmado e não atirar no suspeito armado). Esse procedimento resultou na exclusão de 273 dos 4800 trials, equivalendo a 5.7% das respostas de todos os 60 participantes. Cabe referir que nenhum

participante alcançou a taxa de 20% de exclusão de respostas. Para as análises estatísticas dos tempos de resposta todas as médias foram logaritimizadas.

Primeiramente, através de duas ANOVAs com medidas repetidas, testamos o efeito da cor da pele dos participantes (brancos, pardos e negros) sobre as variáveis *within subjects*: tipo de objeto (arma vs objeto inofensivo) e cor do suspeito (branco vs. negro). As variáveis dependentes foram o tempo para tomar a decisão de atirar ou não e os erros de decisão cometidos pelos participantes. Tanto em relação ao tempo para a decisão de tiro,  $F(2, 57) < 1$ , n.s., quanto em relação aos erros cometidos,  $F(2, 57) < 1$ , n.s., não houve efeito da cor dos participantes. Estes resultados são idênticos aos encontrados por Correll et al. (2002, estudo 4).

Em seguida, novamente através das ANOVAs com medidas repetidas, testamos o efeito da cor da pele dos suspeitos (branco vs. negro) e do tipo de objeto (arma vs objeto inofensivo) sobre o tempo para tomar a decisão de atirar ou não e sobre os erros cometidos pelos participantes

Em relação ao tempo de resposta encontramos um efeito significativo do objeto  $F(1, 59) = 221,51$ ,  $p < .0001$ . Os participantes foram mais rápidos para atirar quando o suspeito tinha uma arma ( $M = 605.21$ ;  $SD = 39.4$ ) do que para não atirar quando ele estava desarmado ( $M = 659.87$ ;  $SD = 37.2$ ). Resultado idêntico ao do estudo 1 e aos de Correll et al. (2002).

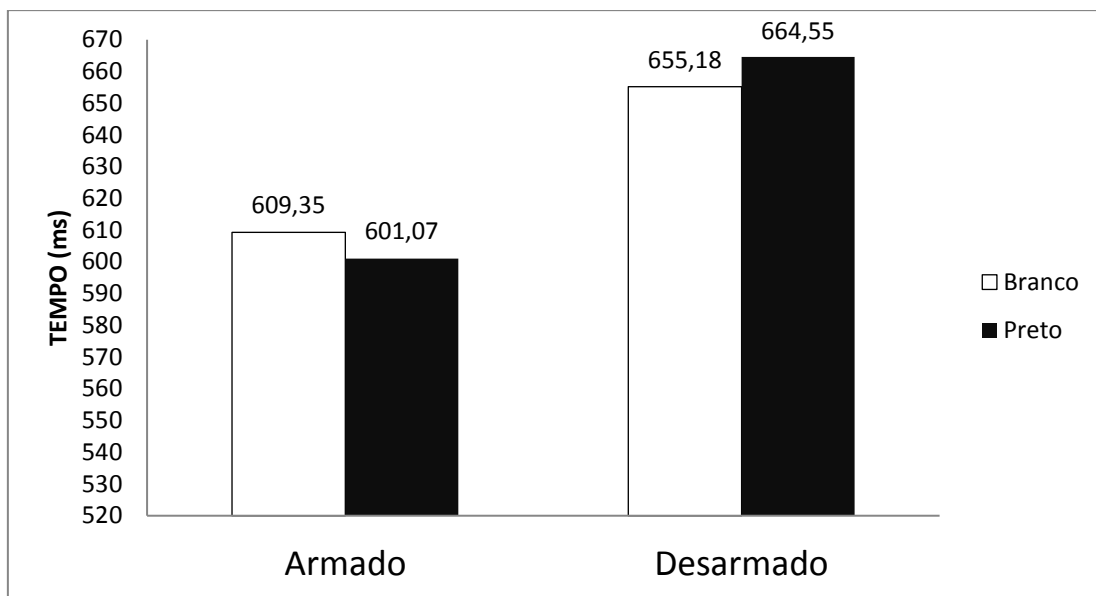
Não houve efeito principal da cor do suspeito,  $F(1, 59) < 1$ , n.s. Entretanto, encontramos novamente a interação entre cor do suspeito X objeto,  $F(1, 59) = 15.76$ ,  $p < .0001$ . Para análise decompomos esse efeito em duas ANOVAs a fim de isolar o efeito da cor da pele dos suspeitos quando armados ou quando desarmados. As duas análises demonstraram diferenças significativas: os policiais militares atiram mais rapidamente num suspeito negro que no suspeito branco quando ambos estão armados,

$F(1, 59) = 7.98, p < .01$  e decidem mais rapidamente não atirar em suspeitos brancos desarmados que em suspeitos negros desarmados,  $F(1, 59) = 10.39, p < .01$ . (ver Figura x). O mesmo padrão de resultados com policiais foi encontrado em outros estudos (Correll, Park et al., 2007, estudos 1 e 2; Sim et al., 2013, estudos 2b).

Em relação aos efeitos da cor da pele dos alvos e do tipo de objeto nos erros de decisão encontramos, assim como Correll et al. (2002, estudos 1 e 2), um efeito principal do objeto,  $F(1, 59) = 4.93, p < .05$ . Os participantes cometem mais erros de atirar em suspeitos desarmados ( $M = 1.75; SD = 1.42$ ) do que em não atirar suspeitos armados ( $M = 1.34; SD = 0.85$ ). Não encontramos efeito da cor do suspeito nos erros,  $F(1, 59) = 2.73, p = .10$ . De igual forma, assim como no estudo 3 de Correll et al. (2002), também não foi significativa a interação entre cor da pele dos alvos e objeto  $F(1, 59) < 1, n.s.$

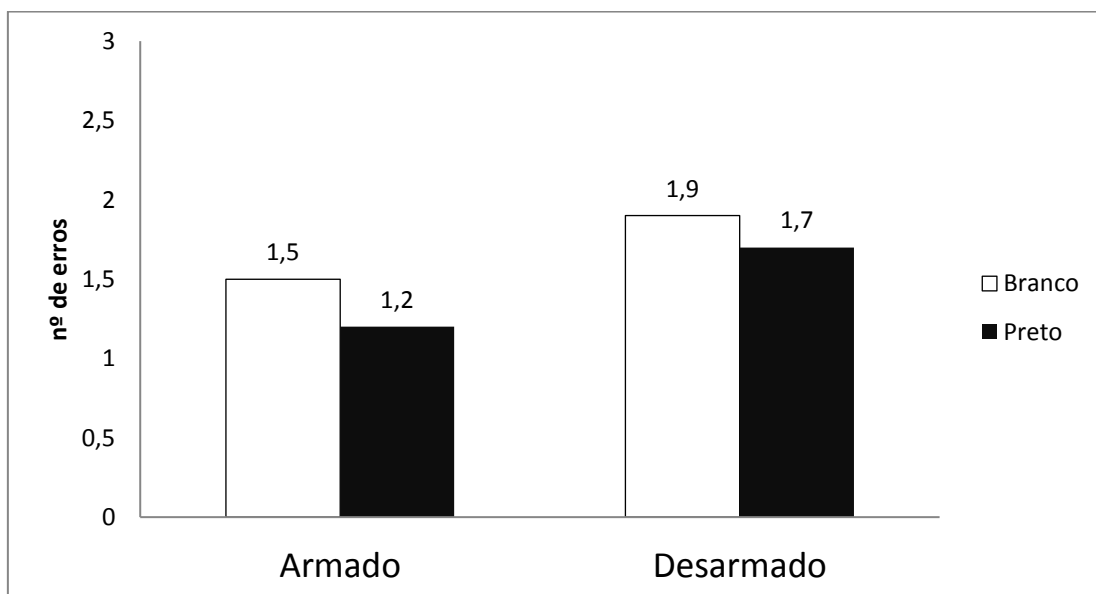
Em relação ao nosso objetivo principal, foi verificada a presença do *racist shooter bias* (ver tabela 2 e 3 abaixo), ou seja, houve mais velocidade para atirar em alvos de cor de pele preta do que nos brancos quando eles estavam armados e mais dificuldade (lentidão) para não atirar nos negros que nos brancos quando eles estavam desarmados, o que confirma a nossa hipótese (H1).

Tabela 2: Médias de tempo de tiro dos PM's em formação em função da cor do suspeito e do objeto (armado/desarmado).



De acordo com a tabela abaixo, foi verificado também o pequeno número de erros cometidos pelos policiais nas suas decisões de tiro, confirmando nossa hipótese (H2), em razão da média de erros neste estudo que foi de 1.55 ( $SD = 0.92$ ).

Tabela 3: Médias de erros cometidos pelos PM's em formação em função da cor do suspeito e do objeto que portava (armado/desarmado).



Após esse estudo, buscando testar esse mesmo viés racial, realizamos outro estudo, com a diferença de que, não mais seriam policiais recém-ingressos na PMSE, mas policiais com mais tempo e provavelmente, com mais experiência e prática policial, objeto do estudo a seguir.

### Estudo 3

#### 4.5. Método (Shooter bias em Policiais com 10 anos ou mais de experiência policial)

##### 4.5.1 Participantes

Participaram 59 policiais militares com mais de dez anos de atuação na PM ( $M = 15.5$  anos,  $SD = 5.6$ ). Todos eram do sexo masculino, com idades variando entre 29 a 47 anos ( $M = 38.5$ ,  $SD = 4.5$ ). Em relação à cor da pele, 11 participantes se autodefiniram como brancos, 38 como pardos e 10 como negros.

##### 4.5.2 Desenho

O estudo adotou um desenho do tipo 3 (cor da pele dos participantes: brancos, pardos e negros) x 2 cor dos suspeitos (brancos vs. negros) x 2 objeto (arma vs. objeto inofensivo). A primeira variável foi between-subject e as duas seguintes foram within-subject.

##### 4.5.3 Instrumentos

Os mesmos adotados no estudo 2.

##### 4.5.4 Procedimentos

No primeiro momento participaram 28 policiais militares pertencentes a uma Unidade Operacional Especializada, cujo quadro total era de 182 (cento e oitenta e dois) policiais, no entanto, apenas se encaixava no perfil buscado o total de 120 policiais, dos quais 28 foram voluntários para o estudo. A coleta foi realizada em três dias, no início dos turnos de serviço dos policiais (a partir das 07h00min e as 19h00min) em uma sala

ampla, iluminada e ventilada, com o uso de quatro Notebooks com o jogo devidamente instalado.

No segundo momento participaram 31 policiais militares pertencentes à outra Unidade Operacional Especializada, cujo quadro total de policiais lotados na Unidade era de 156 policiais, e onde apenas 98 estavam dentro do perfil buscado, e desse quantitativo, 31 policiais se voluntariaram para participar do jogo interativo nos mesmos moldes da Unidade anterior. A coleta foi realizada em quatro dias, no período da tarde, nas trocas de turnos dos militares que estavam alocados em serviço de prontidão nos presídios do estado, ou nas entradas e saídas de turnos de serviço ordinário.

#### 4.5.5 Aspectos éticos

Os mesmos adotados no estudo 2.

#### 4.5.6 Análise dos Dados

Os dados foram analisados através de pacote de dados estatístico, de forma a identificar o impacto da cor da pele do suspeito na decisão de tiro policial. As análises foram divididas em duas sessões com o objetivo de torná-las mais claras, respostas de atirar em alvos armados e não atirar em alvos desarmados e análise de respostas de não atirar em alvos armados e atirar em alvos desarmados. Na sessão das respostas *atirar em alvos armados e não atirar em alvos desarmados* foram realizadas as seguintes análises: a) caracterização da amostra por meio de estatísticas descritivas; b) análise de variância com medidas repetidas 3x2x2 para acessar as diferenças entre as médias dos grupos experimentais;

Na sessão *não atirar em alvos armados e atirar em alvos desarmados* realizamos as análises; a) análise de variância com medidas repetidas 3x2x2 para

acessar as diferenças entre as médias de frequências de respostas dos grupos experimentais; b) análise de variância com medidas repetidas 3x2x2 para acessar as diferenças entre as médias de latências de respostas dos grupos experimentais;

#### 4.6 Resultados e discussão

Diferente do estudo 2, que participaram policiais militares em início de carreira, os quais estavam em processo de formação policial; no presente estudo participaram policiais militares dos quadros das Unidades Especializadas da Polícia cujos participantes da pesquisas são pertencentes a corporação militar há pelo menos 10 anos, ou seja, com mais tempo de experiência profissional e supostamente com maior nível técnico pertencentes ao quadros de unidades que enfrentam constantemente situações limites (policciamento ostensivo repressivo) com maior frequência do que qualquer outra unidade da corporação, bem como por estarem descritas na literatura especializada (Centro de Pesquisas em Segurança Pública) como sendo as unidades mais envolvidas em situações de violência social e confronto armado.

Na análise dos tempos de resposta excluímos novamente todos os *trials* nos quais os participantes falharam em responder dentro da janela de tempo (850 ms.) ou responderam de forma incorreta. Esse procedimento resultou na exclusão de 346 dos 4720 *trials*, equivalendo a 7.3% das respostas de todos os 59 participantes. Neste estudo um participante alcançou uma taxa superior a 20% de respostas excluídas, tendo sido retirado da base de dados. Da mesma forma que nos dois estudos anteriores, para as análises todas as médias de tempo de resposta foram logaritimizadas.

Assim como no estudo dois e como em Correll et al. (2002), não encontramos efeito da cor da pele dos participantes sobre o tempo para tomar a decisão de atirar,  $F(2, 55) < 1$ , n.s., e sobre os erros de decisão,  $F(2, 55) < 1$ , n.s. Em seguida, realizamos duas

ANOVAs com medidas repetidas a fim de testar o efeito da cor da pele dos suspeitos (branco vs preto) e do tipo de objeto (arma vs objeto inofensivo) sobre: 1) o tempo para tomar a decisão de atirar ou não e 2) os erros cometidos pelos participantes.

No que concerne ao tempo de resposta encontramos, assim nos estudos 2 e 3, um efeito significativo do objeto  $F(1, 57) = 251.45, p < .0001$ . Os participantes foram mais rápidos para atirar quando o suspeito tinha uma arma ( $M = 570.24$ ;  $SD = 47.6$ ) do que para não atirar quando ele estava desarmado ( $M = 636.92$ ;  $SD = 54.5$ ). Não houve efeito principal da cor do suspeito,  $F(1, 57) < 1$ , n.s. Encontramos novamente a interação entre cor da pele do suspeito X objeto  $F(1, 57) = 9.64, p < .01$ . Assim como nos estudos anteriores, procedemos a duas ANOVAs a fim de analisar o efeito da cor da pele dos suspeitos quando armados ou quando desarmados. As análises indicam que os policiais militares atiram mais rapidamente no suspeito negro que no suspeito branco quando ambos estão armados,  $F(1, 57) = 4.96, p < .05$ . Ainda que as médias de resposta estivessem na mesma direção do estudo anterior, não encontramos diferença significativa da cor do suspeito na decisão de não atirar quando eles estão desarmados,  $F(1, 57) = 2.27, p = .13$  (ver tabela 5)

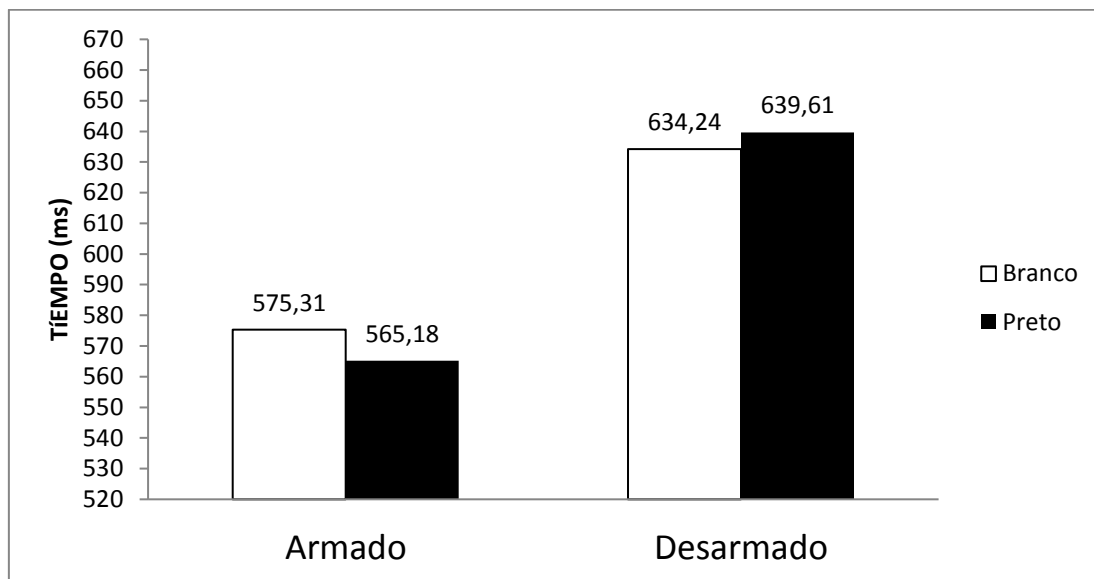
No que tange aos efeitos da cor do suspeito e do tipo de objeto que ele carrega sobre o número de erros de decisão encontramos, como no estudo anterior, um efeito principal do objeto,  $F(1, 57) = 5.70, p < .05$ . Os participantes cometem mais erros de atirar em suspeitos desarmados ( $M = 2.47$ ;  $SD = 1.96$ ) do que em não atirar suspeitos armados ( $M = 2.07$ ;  $SD = 1.41$ ). Não encontramos efeito da cor do suspeito nos erros,  $F(1, 57) = 1.78, p = .18$ . Assim como estudo um, não foi significativa a interação entre cor da pele e objeto  $F(1, 57) < 1$ , n.s. (ver tabela 6).

Os resultados encontrados confirmam o padrão verificado em estudos com oficiais de polícia (Correll, Park et al., 2007, estudos 1 e 2; Sim et al., 2013, estudos 2b)



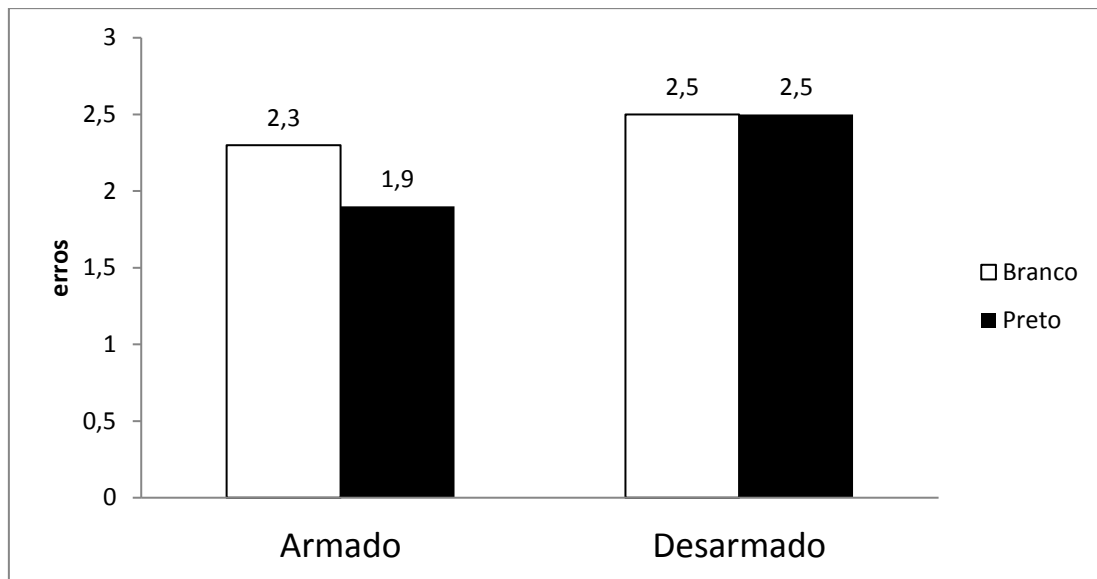
e vão mesma direção dos verificados no estudo um, ou seja, confirmam nossas hipótese 1 e 2 (H1 e H2). Em relação a nossa hipótese 3 (H3), vimos que ela também se confirma, pois comparativamente em relação ao estudo um, observamos que os policiais são mais rápidos para responderem ( $M = 603.58$ ,  $SD = 48.68$ ), de forma geral, que os policiais em formação descritos no estudo anterior ( $M = 632.53$ ,  $SD = 35.52$ ),  $F(1, 117) = 13.69$ ,  $p < .001$ .

Tabela 4 - (Média dos tempos de reação em relação aos alvos brancos e negros armados e desarmados).



Verifica-se, no entanto, em relação a nossa hipótese 4, que não há confirmação, posto que dados em relação aos erros de decisão neste estudo ( $M = 2.27$ ,  $SD = 1.58$ ), os policiais mais antigos erraram mais que os recém-ingressos na polícia do estudo um ( $M = 1.55$ ),  $F(1, 117) = 9.31$ ,  $p < .01$ , conforme se verifica na tabela abaixo.

Tabela 5 - (Erros cometidos pelos policiais em relação aos alvos brancos e negros).



#### 4.7. Discussão Geral

Numa comparação dos dois estudos podemos constatar a presença do shooter bias apenas nos tempos de resposta, nos dois contextos, através de uma avaliação dos resultados dos participantes em dois momentos distintos de atuação. Conforme tabela abaixo:

Tabela 6 – Estudos 2 e 3 Comparados (*Médias e Desvios Padrões (entre parêntesis) para o tempo de reação e para as taxas de erros em função da cor da pele do alvo e do tipo de objeto.*)

	Tempo de reação			Erros nos 20 trials	
	suspeito branco	suspeito preto		suspeito branco	suspeito preto
Estudo 2					
suspeito armado	609.35 (39.2)	601.07 (42.8)		1.5 (1.1)	1.2 (1.2)
suspeito desarmado	655.18 (41.9)	664.55 (35.9)		1.9 (1.8)	1.7 (1.6)
Estudo 3					
suspeito armado	575.31 (53.0)	565.18 (48.0)		2.3 (1.9)	1.9 (1.4)
suspeito desarmado	634.24 (53.6)	639.61 (57.2)		2.5 (2.0)	2.5 (2.3)

Comparando os resultados dos policiais já formados com os policiais em formação, no que concerne ao tempo de resposta ao *shooter bias*, observamos que não existem diferenças nos tempos de resposta em função da cor dos suspeitos nos dois estudos,  $F(1, 116) < 1$ , n.s. Também não se verifica diferenças na interação da cor do suspeito com o tipo de objeto nos dois estudos,  $F(1, 116) < 1$ , n.s. Todavia, existem diferenças entre os grupos no tempo de resposta aos objetos,  $F(1, 116) = 6.74$ ,  $p = .011$ . Os policiais com mais de dez anos de atuação são mais rápidos que os PM's em formação para atirar nos suspeitos armados ( $M = 570,24$  vs  $M = 605,21$ ) e também para decidir em não atirar nos suspeitos desarmados ( $M = 636,92$  vs  $M = 659,86$ ). Nesta direção, o efeito entre participantes do grupo (PM's em formação e PM's já formados) foi também significativo,  $F(1, 116) = 14.40$ ,  $p = .0001$ .

Esses achados nos estudos 2 e 3, confirmam os estudos realizados por Correll (2002), que apresentou simultaneamente cor da pele e objeto (objetos comuns e armas), bem como o paradigma de Payne que correlaciona imagens de rostos e objetos (ferramentas e armas), onde ambos os paradigmas revelaram o efeito pronunciado da cor da pele sobre a reação a armas.

Também verificamos a correlação deste estudo com as pesquisas de Correll, Judd, Wittenbrink, Sadler e Keese (2007) que compararam o viés racial no comportamento de atirar de policiais e cidadãos comuns em termos de velocidade e precisão ao atirar em alvos pretos e brancos. Onde os policiais foram mais rápidos em responder corretamente, mais capazes de detectar a presença de uma arma e estabeleceram um critério mais elevado para atirar.

Deduzimos ainda que os achados dos estudos realizados posteriormente por Sim, Correll e Sandler (2013) podem se confirmar em nosso país, posto que eles investigaram se o treinamento de policiais atua na redução do viés racial na decisão de

tiro, os quais apontaram que eles não foram afetados pelo tipo de artigo que liam (*priming*), efeito que nós abordamos na temática sobre processos automáticos. Na qual consideramos que as práticas policiais sejam permeadas de estereótipos que se confirmam a cada atuação, norteia suas ações de policiamento diárias, não sendo, portanto, afetadas por situações simples de atenuação do viés.

Considerando ainda que os dados encontrados na pesquisa de Sim et al (2013) e Correll, Hudson, Guillermo, Steffanie e Ma (2014), sugerem que o treinamento permite que os participantes ignorem ou substituam informações raciais e aprendam a se concentrar em sugestões relevantes para a tarefa. Mas quando o contexto de treinamento ou a natureza das experiências de trabalho reforçou a associação entre negros e perigo, o treinamento não atenuou o viés racial, contexto esse que se aplica a situação policial, permeadas de atividades reforçadoras dos estereótipos, como as práticas de técnicas de abordagens às pessoas e veículos, amplamente utilizadas nos cursos de formação. A qual poderá ser alvo de investigação em nossos estudos posteriores.

## **CAPÍTULO 5**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisar os estereótipos do suspeito na polícia militar não é uma tarefa fácil, a estrutura policial tem suas raízes fincadas na ditadura militar, e seu regulamento até os dias hodiernos tem estreita vinculação com o exército brasileiro. Quaisquer investigações nessa área são extremamente delicadas, posto que são inúmeras as variáveis que podem interferir nos resultados das análises, tanto considerando os níveis intrapessoais, interpessoais, grupais e principalmente institucionais.

O que finalmente foi proposto neste estudo foi realizar uma investigação social acerca do suspeito e do alvo policial, sob a ótica do policial militar, tanto considerando atitudes implícitas quanto explícitas. Na análise das atitudes explícitas, nosso objetivo foi analisar os estereótipos que os policiais possuem em relação aos suspeitos, para tanto, nos deparamos com a necessidade de verificar também quais os estereótipos que os policiais possuíam em relação a outras categorias de análise, tais como: pobre, negro e branco, em cuja relação com o suspeito, na literatura específica, se afigura como tendo possíveis correlações. Sendo confirmada a existência desses estereótipos, a maior parte deles relacionados à vestimenta, atitudes e comportamentos, além dos aspectos ligados ao ambiente (local e situação suspeita) bem como a relação de proximidade dos estereótipos com determinados grupos sociais, principalmente à população pobre, e em segundo plano, os negros. Esses resultados são vão de encontro aos achados de Adorno (1996); Cano (2014); Pinc (2007), Pinc (2014) e Sinhoretto et al (2014), todos elencados neste trabalho.

Nas atitudes implícitas, buscamos averiguar, usando uma simulação em vídeo game de uma situação real, se os policiais militares ao se depararem com uma situação limite, dentro do seu contexto de ação policial, e agindo de forma automática, apresentariam o viés racial, conforme verificado nos estudos de Correll e colaboradores; sendo confirmado pelas nossas pesquisas, tanto em relação aos policiais em início de carreira, quanto aquele com mais de 10 anos, atuantes em Unidades Especializadas de policiamento. No entanto, os policiais apresentaram o *shooter bias* apenas numa das suas dimensões, ou seja, eles atiraram mais rapidamente nos suspeitos negro que nos suspeitos brancos quando ambos estão armados, eles não apresentaram o mesmo viés em relação aos erros de decisão, bem como os policiais com mais tempo de serviço foram mais rápidos na detecção da ameaça do que os policiais em início de carreira.

No estudo de Araújo (2016), realizado com estudantes universitários de Aracaju, verificou-se que eles apresentam *shooter bias* também em relação a suspeitos brancos e negros desarmados e também no que concerne aos erros de decisão. Ou seja, o *shooter bias* encontrados nos policiais foi mais moderado que o encontrado nos estudantes, cujos resultados foram integrados nos estudos de Lima; Araujo e Poderoso, (2018) comparando os resultados dos policiais e estudantes.

Todas essas pesquisas corroboram com os achados de Correll et al., (2002, 2007, 2014) em relação ao viés racial, bem como os estudos de Sim, Correll e Sandler (2013) que investigaram se o treinamento de policiais atuaria na redução do viés racial na decisão de tiro, os quais apontaram que eles não foram afetados pelo tipo de artigo que liam (*priming*). Tornando a temática digna de maiores estudos e investigações na área de Segurança Pública, tanto em relação à existência de estereótipos na atuação policial, quanto em relação aos preconceitos implícitos, os quais são considerados difíceis de

detecção e eliminação, e considerando o mister da polícia militar, são passíveis de acarretar consequências fatais para todos os envolvidos.

Considerando ainda os dados encontrados na pesquisa de Sim et al (2013) e Correll, Hudson, Guillermo, Steffanie e Ma (2014), que sugerem que o treinamento permite que os participantes ignorem ou substituam informações raciais e aprendam a se concentrar em sugestões relevantes para a tarefa. No entanto, quando o contexto de treinamento ou a natureza das experiências de trabalho reforçou a associação entre negros e perigo, o treinamento não atenuou o viés racial, contexto esse similar a situação policial, permeadas de atividades reforçadoras dos estereótipos, como as práticas de técnicas de abordagens às pessoas e veículos.

Ponderamos ainda que pesquisas que tenham por base o controle dos automatismos, conforme as elencadas nesse trabalho, devam ser testadas em nosso país, de forma a verificar a sua aplicabilidade na área de Segurança Pública, com vistas a minimizar os efeitos desses automatismos, bem como dos riscos inerentes à profissão. Posto que, segundo Payne (2006), estratégias para se reduzir os vieses na identificação de armas em relação a cor da pele, tendem a se direcionar para, ou tentar minimizar os impulsos automáticos ou controlar os processos automáticos, os quais podem produzir efeitos bastante positivos para os participantes de treinamentos para este fim.

Importa ainda frisar que algumas das principais pesquisas elencadas neste trabalho foram realizadas em grupos sociais diversos, ou seja, não pertencentes aos quadros da polícia militar, o que nos induz uma análise mais abrangente. Apesar dos riscos serem menores do que aqueles que podem ser produzidos pelos agentes policiais, são dados importantes para se considerar a generalização do preconceito implícito e explícito em relação a uma dada parcela da população, notadamente os pobres e negros, obrigando-nos a refletir não somente acerca de um grupo social que reproduz

preconceitos, nesse caso a polícia militar, mas sobre um corpo social historicamente marcado pela discriminação e racismo, tendo neste trabalho apenas um contributo para corroborar com análises mais complexas a serem desenvolvidas a posteriori.

Consideramos ainda que este trabalho, ao introduzir uma análise acerca dessa realidade na polícia de Sergipe, fomentando olhares sobre a relação entre polícia e cidadão, perpetrado por uma categoria específica de “suspeito”, apresenta limitações, tais como: no primeiro estudo (a pequena quantidade de participantes, considerando o quantitativo geral da PMSE), e nos segundo e terceiro estudo (considerar o tempo de serviço como parâmetro de avaliação e o uso de uma simulação em videogame para avaliar uma situação real de risco). No entanto, todas essas limitações podem ser sanadas ou aprimoradas com novos estudos mais abalizados, com instrumento devidamente estruturado para tal, de forma a tornar a análise desse grupo social, alvo de novas e importantes investigações com o intuito de auxiliar o aprimoramento técnico da Polícia Militar de forma a minimizar os efeitos nocivos dos vieses e julgamentos sociais baseados em estereótipos.



## REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (1993). *A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático*. BID, Rio de Janeiro, n. 35, 1º sem, pp. 3-24.
- Adorno, S. (1995). *Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo*. Bielefeld, 18-23, july1995. São Paulo: NEV-USP, mimeo, 22 pp.
- Adorno, S. (1996). *Violência e Racismo: discriminação no acesso à justiça penal*. In L.M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (Orgs.), *Raça e Diversidade* (pp. 255-275). São Paulo: EDUSP.
- Adorno, S.; & Minayo, M. C. S. (2013). *Risco e (in) segurança policial*. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18 (3).
- Allport, G.W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Alpert, G. P. & Dunham, R. G. (2000). *Analysis of police Use-of-Force*. Data, U. S. Departament of Justice.
- American Psychological Association. (2012). *Manual de Publicação da APA* (6a ed.) (D. Bueno, trad.). Porto Alegre: Penso.
- Andrade, D. N. (2011). *A formação da fundada suspeita na atividade policial e os desafios da segurança pública no estado democrático do direito*. Recuperado em 23 de Agosto de 2015. <https://jus.com.br/artigos/18772/a-formacao-da-fundada-suspeita-na-atividade-policial-e-os-desafios-da-seguranca-publica-no-estado-democratico-de-direito>.
- Anistia Internacional (2016/2017). *Relatório Anual de Anistia Internacional*. O Estado dos Direitos Humanos no Mundo. Recuperado em 27 de março de 2017. <<https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/relatorio-anual-o-estado-dos-direitos-humanos-mundo-2016/2017>.

- Araujo, C. L. (2016). Racismo e Humor; o impacto das piadas nas expressões do racismo. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – Brasil.
- Balestreri, R. (2002). *Direitos Humanos: coisa de polícia*. Ed. CAPEC. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/php/index.html>. Recuperado em julho de 2015.
- Bargh, J. A. (1999). *The cognitive monster: The case against the controllability of automatic stereotype effects*. In S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology* (pp. 361–382). New York: Guilford.
- Bargh, J.A., & Chartrand, T.L. (1999). *The unbearable automaticity of being*. *American Psychologist*, 1999, v. 54, no. 7, 462-479
- Bargh, J.A., & Chartrand, T.L. (2000). The mind in the middle: A practical guide to *priming* and automaticity research. In H.T. Reis & C.M. Judd (Eds.), *Handbook of research methods in social and personality psychology* (pp. 253-285). New York: Cambridge University Press.
- Barros, G. S. (2002). *Filtragem Racial: a cor na seleção do suspeito*. *Rev. Brasileira de*
- Barros, S. (2008). *Filtragem racial: a cor na seleção dos suspeitos*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 134-155, jul-ago.
- BGO 169, (2016). *Boletim Geral Ostensivo*. Recuperado em agosto de 2016. < <http://www.pm.se.gov.br>>.
- Bittner, E. (2003). *Aspectos do trabalho policial*. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: USP.
- Bodenhausen, G.V. (1998) Stereotypic biases in social decision making and memory testing process models of stereotype use. *Journal of personality and social psychology*. 55 (5), 726-737.

- Bodenhausen, G. V.; Todd, A. R. & Richeson, J. A. (2009) *Controlling prejudice and stereotyping. Antecedents, mechanisms and contexts*. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination* (pp. 111-135). New York: Psychology Press
- Borine, M. S. (2007) *Consciência, emoção e cognição: o efeito do priming afetivo subliminar em tarefas de atenção*. *Ciência & Cognição*, v. 11 pp. 67-79
- Brasil, Constituição do (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. DF, Senado Federal. Organização de Alexandre de Moraes. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2000, Constituição, 1988.
- Brasil, Constituição do (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. DF, Senado Federal. Organização de Alexandre de Moraes. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- Brasil. C. P. P. (1941). *Código de processo penal*. In: Angher, A. J.; *Vade mecum universitário de direito* Rideel. 8. ed. São Paulo: Rideel, 2010. p. 351-395.
- Brasil. (2000). *Bases curriculares para a formação de profissionais da área de segurança do cidadão*. Brasília: Ministério da Justiça.
- Brasil. Lei 10.639/2003, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União, Poder Executivo*, Brasília.
- Brasil. Lei Complementar 278/16, de 05 de dezembro de 2016. *Diário Oficial do Estado de Sergipe, Poder Executivo*, Aracaju.
- Brasil. C. C. (2002). *Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Brehmer, A., & Brehmer, B. (1988). What have we learned about human judgment from thirty years of policy capturing? In: Brehmer, B.; Joyce, C. R. B. (Ed.). *Human*

- judgment: the SJT view. New York: Elsevier Science Publishers, 1988. p.75-114.  
(Advances in psychology).
- Brewer, M. B. (1988). *A dual process modelo if impression formation*. In T. K. Srull & R.S. Wyer, (Eds.), *Advances in Social Cognition*, Vol 1, Nova Jersey: Hillsdale, pp. 1-36.
- Brunetta, A. A. (2015). Formação e ensino na polícia militar: concepções e subordinações políticas; filiações e adesões pedagógicas. Recuperado em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewFile/4712/3443>
- Busnello, R. H. D. (2007). *Efeito de priming subliminar no acesso ao léxico*. Diss. (Mestrado em psicologia social e da personalidade) – Fac. De Psicologia, PUCRS. Porto Alegre, 2007.
- Busnello, R. H. D. et al. (2008). *Efeito de priming de identidade subliminar na decisão lexical com universitários brasileiros*. PSICO, v.39 n.1 pp 41-47
- Caldeira, T. P. R. (2000). Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad. de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp
- Caldeira, T. P. do R. (2001). “Direitos humanos ou ‘privilegio de bandidos’? Desventuras da democratização brasileira”. Novos Estudos CEBRAP, n. 30, julho de 1991, p. 162-74. Recuperado: abril de 2017. <[http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/64/20080624\\_direitos\\_humanos\\_ou\\_pri\\_vilegios\\_de\\_bandidos.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/64/20080624_direitos_humanos_ou_pri_vilegios_de_bandidos.pdf)>
- Camino, L. et al. (2013). *Psicologia social: temas e teorias*. 2ª ed. Rev. Brasília: Tecnopolitik.
- Cano, I. (2010). *Direitos humanos, criminalidade e segurança pública*. In: VENTURI, Gustavo (org.). Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de

- pesquisa nacional. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010, p. 65-75.
- Recuperado: março de 2017.
- Cano, I. (2014). Viés racial no uso da força letal pela polícia no Brasil. Recuperado em maio de 2017. <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/handle/123456789/1206>.
- Cano, I. (2015). Letalidade e vitimização policial. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 9, 28-43. Acessível em [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB\\_2015.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB_2015.pdf)
- Cárdia, N., Adorno, S., & Poletto, F. (2003). *Homicídio e violação dos direitos humanos em São Paulo*. Estudos Avançados, n. 17, 47. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100004)
- Carvalho, M. (2005). *O uso da teoria do julgamento social no estudo de políticas públicas* Cad. EBAPE. BR vol.3 no. 2 Rio de Janeiro.
- Coelho, E. (1986). A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967. Dados, Rio de Janeiro.
- Correll, J., Park, B., Judd, C.M., & Wittenbrink, B. (2002). University of Chic The Police Officer's Dilemma: Using Ethnicity to Disambiguate Potentially Threatening Individuals. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 83, 1314–1329.
- Correll, J., Urland, G.R., & Ito, T.A. (2006). Event-related potentials and the decision to shoot: The role of threat perception and cognitive control. *Journal of Experimental Social Psychology*, 42, 120–128.
- Correll, J., Park, B., Judd, C. M., & Wittenbrink, B. (2007a). The influence of stereotypes on decisions to shoot. *European Journal of Social Psychology*, 37, 1102–1117. <http://dx.doi.org/10.1002/ejsp.450>

- Correll, J., Park, B., Judd, C. M., Wittenbrink, B., Sadler, M. S., & Keesee, T. (2007b). Across the thin blue line: Police officers and racial bias in the decision to shoot. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92, 1006–1023. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.92.6.1006>
- Correll, J., Hudson, Sean M.; Guillermo, Steffanie; Ma, & Debbie S. (2014). The police officer's dilemma: A decade of research on racial bias in the decision to shoot. *Social and Personality Psychology Compass*, 8, 201-213.
- Correll, J., Wittenbrink, B., Crawford, M.T., & Sadler, M.S. (2015). Stereotypic Vision: How Stereotypes Disambiguate Visual Stimuli. *Journal of Personality and Social Psychology*, 108, 219–233.
- Creswell, J. W. (2007). *Métodos qualitativo, quantitativo e misto*, 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- Devine, P. G. (1989). *Stereotypes and prejudice: The automatic and controlled components*. *Journal of personality and social psychology*, 56, 5-18.
- Duncan, B. L. (1976). *Differential social perception and attribution of intergroup violence: Testing the lower limits of stereotyping of blacks*. *Journal of experimental social psychology* 34, 590-598.
- Esses, V. M. Haddock, G. & Zanna, M. P. (1993). Values, Stereotypes, and emotions as determinants of intergroup attitudes. Em D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Eds.) *Affect, cognition, and Stereotypes: Interactive processes of group perceptions* (pp. 137-165). San Diego, C. A: Academic Press.
- Estadão, B. (2015). *Jovem morto por policiais que confunde ferramenta com arma*. Recuperado: ><http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,20-jovem-morto-apos-pm-confundir-ferramenta-com-arma-e-enterrado,1789216>

- Eysenck, M. W., & Keane, M. T., (2007). *Manual de psicologia cognitiva*. Porto Alegre: Artmed.
- Fausto, B. (2001). *Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo*. [Crime and Everyday Life: Criminality in São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed.
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015*. Recuperado em: março de 2017. <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/9\\_anuario\\_2015.retificado\\_.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf)>
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2016). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 10*. Recuperado: março de 2017 <[http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2017/01/Anuario\\_Site\\_27-01-2017-RETIFICADO.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf)>
- Fernandes, A. (2016). *Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da polícia militar do estado de São Paulo (2013-2014)*.
- Fialho, K. (2003). *Métodos de pesquisa em estereótipos*. CienteFico, ano 3, Vol. 1, s/p
- Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (1984). *Social cognition*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Fiske, S. T. Neureberg, S. L. (1990). *A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation*. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 23, pp 1-74). New York: Academicpress.
- Fiske, S. T. (1998). *Stereotyping, prejudice and discrimination*. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindezey (Eds.) *Handbook of Social Psychology* (4ª ed., pp. 357-411). Nova York: McGrawhill.

- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A. J. C., & Glick, P. (1999). (Dis) respecting versus (Dis) liking: Status and Interdependence Predict Ambivalent. Stereotype of Competence and Warmth. *Journal of Social Issue*, 55 (3), 473-489.
- Fiske, S. T. Cuddy, A. J. C., Glick, P. & Xu, J. (2002). A model of (often Mixed) Stereotype Content: Competence and Warmth Respectively follow from perceived status and Competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82 (6), 878-902.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., & Glick, P. (2007). Universal dimensions of social perception: Warmth then competence: *Trends in Cognitive Science*, 11, 77-83.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016). *10º Anuário de Segurança Pública*. Recuperado em 12 de março de 2016. <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/Fórum Brasileiro, 2015.>>
- Fraga, C. K. (2006). *Peculiaridades do trabalho policial militar*. *Revista Virtual Textos & Contextos*, n. 6.
- Freyre, G. (1933/1983). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Gardner, R. C. (1994). *Stereotypes as consensual beliefs*. In: M. P. Zanna & J. M. Olson, *The psychology of prejudice: the Ontario symposium* (Vol. 7, pp. 1-31). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Gilbert, D. T., & Hixon, J. G. (1991). *The trouble of thinking: activation and application of stereotypes beliefs*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60. 509-517.
- Gilovich & Griffin, (1998). *Judgment and Decision Making*. In: D. T. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindzey (Eds.). *Handbook of Social Psychology* (4ª ed., pp. 357-411). Nova York: McGrawhill.



- Greenwald, A. G. & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102, p. 4-27.
- Halim, H., & Chew, I.K.H. (2008). *Performance Attributions: A Cross Cultural Study Comparing Singapore, Japan and US Companies*. *Interdisciplinary Journal of Information, Knowledge, and Management*, 3, 55-72.
- Haselton, M & Buss, D. M. (2003). Fundamental influences on social. Recuperado dezembro 2017. <https://labs.la.utexas.edu/buss/files/2015/10/biases-in-social-judgment-2003.pdf>
- Hoslam, S. A., & Turner, J. C. (1992). *Context-dependent variation in social stereotyping* In: *The relationship between frame of reference, self-categorization and accentuation*. *European Journal of Social Psychology*, 22, 251-277.
- Huici, C. (2003). Estereótipos. Em J. F. Morales (Eds). *Psicologia Social*, 2ª ed. pp. 87-98. Madrid: McGraw-Hill.
- Junior, J. C. S., Damacena, C., & Bronzatti, R. (2015). *Pré-ativação: o efeito priming nos estudos sobre o comportamento do consumidor*. *Estudos e pesquisa em psicologia*. V. 15, n. 1, Rio de Janeiro, (pp. 284-309).
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1973). *On the psychology of prediction*. *Psychological Review*, 80, 237-251.
- Katz, D., & Braly, K. N. (1993). Verbal stereotypes and racial prejudice. *Journal of personality and social psychology*, 54, 778-788.
- Koch, J.V & Cunha-Lima, M. L. (2004). *Do cognitivismo ao sociocognitivismo*. In. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, volume 3, Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes, Organizadoras. São Paulo: Cortez.
- Lazzarini, A. (2008). *Estudos de direito administrativo*. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.

- Lemgruber, J.; & Cano, I.; & Musumeci, L. (2017). *Olho por olho? O que pensa os cariocas sobre “bandido bom é bandido morto”*. CeSec. Recuperado: abril de 2017. <<http://oglobo.globo.com/rio/cariocas-rejeitam-ideia-de-que-bandido-bom-bandido-morto-21164766>>
- Leyens, J-P., Yzerbyt, V., & Schadron, G. (1994). *Stereotypes and social cognition*. London: Sage.
- Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004). *Serão os Estereótipos e o Preconceito Inevitáveis? O Monstro da Automaticidade*. Em: Estereótipos, Preconceitos e Discriminação: Perspectivas Teóricas e Metodológicas. Ed. Edufba, Salvador.
- Lima, M. E. O.; Machado, C.; Àvila, J.; Lima, C.; & Vala, J. (2006) *Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros*. Psicologia Reflex. Crit, vol.19, no.2, p.309-319.
- Lima, P. R. F. (2015) *Criminologia: uma visão geral e contemporânea na sociedade brasileira*; Recuperado em maio de 2017. <https://jus.com.br/artigos/39749/criminologia-uma-visao-geral-e-contemporanea-na-sociedade-brasileira>.
- Lima, M. E. O.; Araújo, C. L.; & Poderoso, E. S. (2018). *The Decision to Shoot Black Suspects in Brazil: The Police Officer's Dilemma*. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil.
- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. New York: The Free Press.
- Machado, E. P., & Noronha, C. V. (2002). *A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas*. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, p. 188-221.
- Macrae, C. N.; Bodenhausen G. V. & Milne, A. B. (1994). *Stereotypes as energy-saving devices: a peek inside the cognitive toolbox*. Journal of personality and social psychology 1994, vol. 66, no. 1, p. 37-47

- Macrae, C. N.; Bodenhausen G. V. & Milne, A. B. (1995). *The dissection of selection in person perception: inhibitory processes in social stereotyping*. Journal of personality and social psychology, 1995, v. 69, no. 3, p. 397-407
- Macrae, C. N., Bodenhausen, G. V., Milne, A. B., Thorn, T., & Castelli, L. (1997). *On the activation of social stereotypes: the moderating role of processing objectives*. Journal of Experimental Social Psychology. 33, 471-489.
- Macrae, C. N. & Bodenhausen G. V. (2000) *Social cognition: thinking categorically about others*. Annu. Rev. Psychol. v. 51, p. 93-120
- Mendonça, M. F. (2004). *Educação, violência e Polícia: Direitos humanos?* Aracaju: EDUFS; Salvador: EDUFBA.
- Minayo, M. C. S.; Souza, E. R.; Constantino. (2008). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fio Cruz.
- Monet, J.C. (2006). *Polícias e Sociedades na Europa*. Série Polícia e Sociedade. São Paulo: Edusp.
- Monjardet, D. (2003). *O que faz a polícia: Sociologia da Força Pública*. Ed. Rev. 2002. São Paulo: Editora da USP.
- Morais, D. (2013). *Movimento de Juventude Negra e construção democrática no Brasil*. In. Menezes, J. A. Costa, M. R. Araújo, T. C. S. (Org). JUBRA. Territórios Interculturais de Juventude. Recife: Editora Universitária UFPE;
- Moya, M. (1999). *Cognición social*. Em J. F. Mades (Coord), *Psicologia Social* (2ª Ed.) (pp. 63-78). Madrid: McGrawHill.
- Muniz, J. (2008). *Discrecionariedade policial e aplicação seletiva da lei na democracia*. Recuperado em 26 de outubro de 2016. <<http://estudosdeseguranca.blogspot.com.br/2008/10/discrecionariedade-policial-e-aplicacao.html>>

- Muniz, J. Proença Jr, D. e Diniz, E. (1999). “*Uso de Força e Ostensividade na Ação Policial*”. Conjuntura Política. Boletim de Análise n. ° 6. Departamento de Ciência Política-UFMG; pp 22-26.
- Neely, J. (1991). *Semantic priming and retrieval from lexical memory: roles of inhibitionless spreading activation and limited-capacity attention*. Journal of experimental psychology: general, v. 106, n. 3, p. 226-254.
- Nogueira, O. (1954/1985). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: *Tanto preto quanto branco: Estudo das relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Nogueira, O. (2006). Preconceito de marca e preconceito racial de origem. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, 19, pp. 287-308.
- Nosek, B. A., Smytr, F. L., Sriran, N., Linder, N. M., Divos, T., Ayala, A., & Greenwald. A. G. (2009). *National differences in gender-science stereotypes predict national sex differences in Science and math achievement*. Proceeding of the national academy of sciences, 106.
- Oliveira, F. S.; Machado, R.S.; Filho, C. A. I. S.; Santos, T. P. C.; Junior, A. P.; Lameira, A. P.; Matsushima, E. H.; & Gawsyszeuski, L.G. (2010). *Efeito priming entre figuras de parte do corpo*. PSICO, v. 41 n. 1 pp 118-127.
- Paixão, A.L., 1982. *A organização policial numa área metropolitana*. Dados — Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 25(1), pp. 63-85.
- Payne, B. K. (2001). *Prejudice and perception: the role of automatic and controlled processes in misperceiving a weapon*. Journal of personality and social psychology, 81, 181-192.
- Payne, B. K. (2006). *Weapon bias. Split-second decisions ad unintended stereotyping*. Current Direction in Psychological Science, 15 (6), 287-291.

- Pereira, M.E., Ferreira, F. O., Aretha, M. A. H., & Cupertino, C. M. (2002). *Imagens e significado e o processamento dos estereótipos*. Estudos de Psicologia (Natal), v. 7, n. 2, Jul-Dez, p. 389-397.
- Pereira, R. P. (2010) *A relação entre estereótipos e automatismo por meio de estudos de priming*. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.
- Pereira, M. E., Dantas, G. S., Alves, M., V. (2011). Estereótipos, automatismos, controle e a identificação de armas e ferramentas em diferentes contextos: resultados preliminares. In: Techio, E. M. e Lima, M. E. O. (Eds.). *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp. 77-105).
- Pereira, M. E. (2015). *Os estereótipos e a psicologia social*. Recuperado em agosto de 2015 em <https://estereotipos.net/enfrentando/3-estereotipos-e-as-teorias-implicitas/>.
- Pinc, T. (2007). *Abordagem policial: avaliação do desempenho operacional frente à nova dinâmica dos padrões procedimentais*. Universidade de São Paulo. DCP-USP.
- Pinc, T. (2014). *Porque o policial aborda? um estudo empírico sobre a fundada suspeita*. Revista interdisciplinar de sociologia e direito. ISSN 1678-7145.
- Pinheiro, P. S. (1991a). *Autoritarismo e Transição*. São Paulo. Revista da USP. USP, n. 9, pp. 45-56.
- Pinheiro, P.S. et al (1991b). *Violência fatal: conflitos policiais em SP* (81-89). São Paulo, Revista USP, USP, n. 9, pp. 95-112.
- Pires, G. L. (2010). *A cor da farda: as relações raciais na Polícia Militar de Sergipe*. PMSE, 2016. Polícia Militar do Estado de Sergipe. Recuperado em agosto de 2016. <<http://www.pm.se.gov.br/inicial/diretrizes-institucionais/>>
- Ramos, S.; Musumeci, L. (2005). *Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Raposo, R. (2013). Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais. Recuperado em <<https://estereotipos.net/tag/walter-lippmann/>>

- RDE, *Regulamento Disciplinar do Exército n.º 100*. (1984). Decreto n.º 90.608/84, de 04 de dezembro de 1984.
- Reis, B. D. (2002). *A marca de Caim: as características que identificam o “suspeito”, segundo relato de policiais militares*. Salvador, Caderno CRH, n.36, pp.181-196.
- Rodriguez-Balón, R. (2000). *Factores sócio-estructurales en la formación de impresiones. Efectos del poder y su legitimidade em la estereotypia y los juicios sociales*. (Tese de Doutoramento). Universidade Granada.
- Sabóia. E. F. (2013). *Identidade e cultura: reflexões sobre auto identificação racial no Brasil*. Recuperado em 01 de maio de 2013 <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2013/03/EvandroFSaboia.pdf>>
- Sagar, H. A., & Schofield, J. W. (1980). *Racial and behavioral cues in black and White children's perceptions of ambiguously aggressive acts*. Journal of personality and social psychology 39, 590-598.
- Salles, J. F., Jou, G. I & Stein, L.M. (2007) *O paradigma de priming semântico na investigação do processamento de leitura de palavras*. Interação em Psicologia 11(1) p. 71-80
- Sandes, W. F. (2007). *O uso legal da força na formação de jovens tenentes: um desafio para a atuação democrática da Polícia Militar do Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá.
- Schlittler, M; & Silvestre, G.; & Sinhoretto, J. (2014). *A produção da desigualdade racial na Segurança Pública*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. RN.
- Sherif, M. (1967). *Group conflict and cooperation: Their social psychology*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Silva, G. G., & Gurgel, Y. M. P (2016). *A polícia na Constituição Federal de 1988: apontamentos sobre a manutenção de um órgão militarizado de policiamento e a sua*

- incompatibilidade com a ordem democrática vigente no Brasil*. Rev. Bras. Segurança Pública, São Paulo v. 10, n. 1, 142-158.
- Sim, J. J., Correll, J., & Sadler, M. S. (2013). Understanding police and expert performance: When training attenuates (vs. exacerbates) stereotypic bias in the decision to shoot. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 39, 291–304. <http://dx.doi.org/10.1177/0146167212473157>
- Sinhoretto, J., Silvestre, G., & Schlittler, M. C. (2014). *Letalidade policial e prisões em flagrante*. São Carlos SP. UFSCar. Departamento de Sociologia.
- Sinhoretto, J., Schlittler, M. C., & Silvestre, G. (2016). Juventude e violência policial no Município de São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10, pp. 10- 35.
- Skolnick, J. H. (1971). *Justice without trial: law enforcement in democratic society*, 2 ed. New York: Wiley.
- Souza, J. L. C & Reis, J. F. G (2014). *A discricionariedade policial e os estereótipos suspeitos*. Recuperado em <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT24/GT24\\_CunhadeSouza\\_GarciaReis.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT24/GT24_CunhadeSouza_GarciaReis.pdf)>
- Stangor, C. (2009) *The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology*. A quick history of theory and research. In T. D. Nelson (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination* (pp. 1-22). New York: Psychology Press.
- Tajfel, H. (1982). *Os aspectos cognitivos do preconceito*. In H. Tajfel (Ed.), *Grupos humanos e categorias sociais I* (pp.143-158). Lisboa: Livros Horizonte.
- Techio, E. M. (2011). Estereótipos sociais como preditores de relações intergrupais. In Techio, E. M. & Lima, M. E. O. *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal*. (pp 77-105). Brasília: Techopolitik.

- Terra, L. M. (2010). *Identidade bandida: a construção social do estereótipo marginal e criminoso*. Revista LEVIS-Unesp. Marília. Ed. 6. n. 06. Dez\2010
- Victoria, M. Soares, A. B; Moratori, P.B (2005). *A influência de estados emocionais positivos e negativos no processamento cognitivo*. Estudos e pesquisas em psicologia, ano 5 n.2
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2016: Homicídios por arma de fogo no Brasil* / Julio Jacobo Waiselfisz –Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR.
- Wittenbrink, B., Judd, C. M. & Park, B. (2001) Evaluative versus conceptual judgments in automatic stereotyping and prejudice. *Journal of experimental social psychology*, 37, p. 244-252.



## **ANEXOS**

## Anexo A

(Parecer favorável do Comitê de Ética)

UFS - HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO DE ARACAJÚ  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ESTEREÓTIPOS DO SUSPEITO E AÇÃO POLICIAL

**Pesquisador:** EMILIA SILVA PODEROSO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 64008516.0.0000.5546

**Instituição Proponente:** Departamento de Psicologia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.939.345

#### Apresentação do Projeto:

O presente trabalho pretende contribuir em termos teóricos, metodológicos e sociais na área da psicologia e nos estudos da cognição humana, especificamente em relação ao processamento de informação, formação de impressões e ativação/aplicação dos estereótipos na decisão policial. Em termos teóricos analisará os processos automáticos e controlados envolvidos na estereotipia. Em termos metodológicos pode contribuir para uma maior integração na utilização de diferentes metodologias de estudo em torno de um mesmo objeto, permitindo comparar dados com os encontrados em outros estudos no Brasil e em outros países. Além de adaptar métodos de pesquisa sobre atitudes implícitas no nosso meio cultural. Tencionamos contribuir ainda para a compreensão e mudança de pensamentos fixos e esquemas crônicos presentes na ativação dos estereótipos dos sujeitos que se pretende analisar, posto que os automatismos afetem constantemente a rotina e a sua influência por parte das pessoas alvos dos estereótipos, além dos julgamentos sociais serem muitas vezes enviesados por esses processos sem que haja percepção e consciência desse viés.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:**

Serão analisados os estereótipos que policiais militares possuem acerca de suspeitos de ilícitos.

**Objetivo Secundário:**

**Endereço:** Rua Cláudio Batista s/nº

**Bairro:** Sanatório

**UF:** SE

**Município:** ARACAJU

**Telefone:** (79)2105-1805

**CEP:** 49.060-110

**E-mail:** cephu@ufs.br

Continuação do Parecer: 1.939.345

- 1) os efeitos da cor da pele e do estrato social do suspeito na ativação e aplicação dos estereótipos por parte dos policiais;
- 2) os impactos dessa ativação e aplicação na ação policial
- 3) variáveis moderadoras que possam interferir e controlar a estereótipia e evitando suas consequências.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Apresenta riscos mínimos aos participantes em razão apenas da exposição a tarefa de responder a um questionário e participação no jogo interativo.

**Benefícios:**

Social - Serão analisados e propostas ações moderadoras que possam minimizar os efeitos dos automatismos em relação aos estereótipos do suspeito, bem como contribuir com o conhecimento teórico (desenvolvimento de pesquisas na área da psicologia social acerca dos estereótipos e polícia militar, tendo em vista que foram encontrados poucos estudos nessa área e metodológico (replicação dos estudos desenvolvidos nos EUA acerca dos processos automáticos e estereótipos)

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O pesquisador responsável propõe a utilização de ferramentas (jogo e questionário) as quais refere terem sido utilizadas em estudos realizados nos EUA, mas não informam se foram validadas na Língua Portuguesa.

Recomenda-se ainda que os Objetivos sejam redigidos iniciando-se com verbos no infinitivo, e que seja corrigido o valor do N amostral da página 3 (250 ou cento e oitenta?).

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Constam. O TCLE está adequado tendo em vista as especificidades dos sujeitos da pesquisa (policiais militares e diferentes momentos de suas carreiras).

**Recomendações:**

Ver acima. As recomendações se referem a forma e acurácia metodológica mas não se constituem em pendências.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

**UFS - HOSPITAL  
UNIVERSITÁRIO DE ARACAJU  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL**



Continuação do Parecer: 1.939.345

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_830153.pdf	20/01/2017 21:41:44		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_830153.pdf	20/01/2017 21:33:31		Aceito
Outros	TERMOANUENCIA.pdf	20/01/2017 21:32:11	EMILIA SILVA PODEROSO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.doc	20/01/2017 21:30:10	EMILIA SILVA PODEROSO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO.docx	20/01/2017 21:18:36	EMILIA SILVA PODEROSO	Aceito
Folha de Rosto	ficha.pdf	09/12/2016 18:19:22	EMILIA SILVA PODEROSO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 23 de Fevereiro de 2017

Assinado por:  
Anita Herminia Oliveira Souza  
(Coordenador)

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº  
Bairro: Sanatório CEP: 49.060-110  
UF: SE Município: ARACAJU  
Telefone: (79)2105-1805 E-mail: cephu@ufs.br

Página 03 de 03

## **APÊNDICES**

## (APÊNDICE A)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
Mestrado em Psicologia Social



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A presente pesquisa aborda a temática dos estereótipos do suspeito e tem por objetivo investigar as características que os militares identificam como aquelas que compõem a condição de suspeito.

A aplicação será feita individualmente, numa única sessão, em dia e horário marcado previamente e com antecedência, conforme a disponibilidade de cada participante. Serão mantidos sob sigilo as informações dos participantes. A aplicação terá a duração de cerca de 20 minutos.

O conteúdo e os resultados da entrevista serão divulgados em meio científico apenas de forma agrupada impossibilitando a identificação pessoal das participantes.

A participação não é obrigatória e apresenta risco considerado mínimo devido ao constrangimento frente à situação de responder às perguntas dos questionários ou participação no jogo interativo. Esta pesquisa não trará nenhum benefício financeiro ou privilégios particulares para os participantes.

Os pesquisadores se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida que eventualmente os participantes venham a ter. Se em qualquer fase da pesquisa um participante se recusar a participar ou retirar seu consentimento, esta terá toda liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

A pesquisadora responsável pela pesquisa é a mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da mesma Universidade: Emília Silva Poderoso (matrícula nº 201611005587).

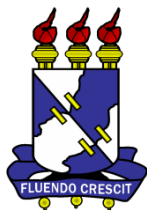
No mais, fornecemos o endereço de e-mail (essantos2@yahoo.com.br) e o telefone (079 99890-2883) para que os participantes possam entrar em contato conosco.

Após ser devidamente informado sobre a pesquisa, concordo em participar voluntariamente desta.

Declaro que recebi a cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Aracaju, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

## (APÊNDICE B)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
MESTRADO EM PSICOLOGIA



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### (ESTUDO III)

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as representações que os policiais possuem em relação a grupos e categorias sociais distintos. A aplicação será feita individualmente através do presente questionário, e de acordo com a disponibilidade de cada participante.

O conteúdo e os resultados da pesquisa serão divulgados apenas em meio científico e de forma agrupada, impossibilitando a identificação pessoal dos participantes. Você poderá a qualquer momento se recusar a participar ou retirar seu consentimento.

A pesquisadora responsável é Emília Silva Poderoso (matrícula nº 201611005587), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFS. Para obter informações mais detalhadas e o relatório final da pesquisa entrar em contato por e-mail: [essantos2@yahoo.com.br](mailto:essantos2@yahoo.com.br).

Após ser devidamente informado sobre a pesquisa, concordando em participar, receberá cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Aracaju, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.



**(APÊNDICE C)**

**QUESTIONÁRIO (PERFIL DEMOGRÁFICO) – ESTUDO 1**

1 – Idade \_\_\_\_\_ 2 – Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino

3 – Cor da pele

( ) branco ( ) negro ( ) indígena ( ) pardo ( ) amarelo

4- Religião

( ) católico ( ) protestante ( ) espírita kardecista ( ) espírita ( ) outra

5 – Formação acadêmica

( ) 1º grau completo ( ) 2º grau completo ( ) 3º grau completo

( ) 1º grau incompleto ( ) 2º grau incompleto ( ) 3º grau incompleto

( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Pós Doutorado

Obrigada pela colaboração!

**(APÊNDICE D)**

**QUESTIONÁRIO (PERFIL DEMOGRÁFICO) – ESTUDO 2**

1 – Idade \_\_\_\_\_ 2 – Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino

3 – Cor da pele

( ) branco ( ) negro ( ) indígena ( ) pardo ( ) amarelo

4- Religião

( ) católico ( ) protestante ( ) espírita kardecista ( ) espírita ( ) outra

5 – Tempo de serviço na atividade policial

\_\_\_\_\_

6 – Local de trabalho anterior

\_\_\_\_\_

7- Tempo de serviço nesse local de trabalho

\_\_\_\_\_

8 – Formação acadêmica

( ) 1º grau completo ( ) 2º grau completo ( ) 3º grau completo

( ) 1º grau incompleto ( ) 2º grau incompleto ( ) 3º grau incompleto

( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Pós Doutorado

9 – Posto/graduação

\_\_\_\_\_

10– Possui cursos de capacitação, gestão ou atualização na área policial, favor especificar;

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Obrigada pela colaboração!

**(APÊNDICE E)**

1) Quando você pensa em **PESSOAS BRANCAS**, quais as primeiras palavras, sentimentos ou imagens que lhe vêm à mente? Tente escrever 05 (cinco), colocando-as em ordem de importância.

1º- \_\_\_\_\_

2º- \_\_\_\_\_

3º - \_\_\_\_\_

4º - \_\_\_\_\_

5º - \_\_\_\_\_

2) Que características você considera que, de maneira geral, podem ser atribuídas a **peessoas brancas**?

CARACTERÍSTICAS	0 a 9% possuem	10 a 20% possuem	21 a 30% possuem	31 a 40% possuem	41 a 50% possuem	51 a 60% possuem	61 a 70% possuem	71 a 80% possuem	81 a 90% possuem	91 a 100% possuem
Cabelo raspado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo tingido de loiro	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo tipo Rastafari	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo crespo	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

TICAS	CARACTERÍS	0 a 9% possuem	10 a 20% possuem	21 a 30% possuem	31 a 40% possuem	41 a 50% possuem	51 a 60% possuem	61 a 70% possuem	71 a 80% possuem	81 a 90% possuem	91 a 100% possuem
Cabelo liso		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo curto		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo comprido		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Boa aparência		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Má aparência		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fisicamente feio (a)		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fisicamente bonito (a)		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Alta estatura		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Estatura mediana		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Baixa estatura		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de tatuagem		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de bonés		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de mochila		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de bolsa		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de brinco (homem)		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de piercing		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso exagerado de acessórios		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de óculos escuros		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de correntes/ cordões de ouro ou prata		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma portar celular (mais de		( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

um)										
Costuma andar sem camisa	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar camisa de manga cumprida	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar bermuda	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar calça cumprida	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de trajes de marca (tênis, camisa e etc.)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar roupas (que aparece a cueca)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reside em bairro de periferia	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reside em bairro nobre	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma andar só	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma andar acompanhado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fazem uso de gírias	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

Gostaria de acrescentar outras características, além das citadas acima? ( ) sim ( ) não

Se sim, Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Dados sócios demográficos**

Idade: \_\_\_\_\_ Posto/ graduação: \_\_\_\_\_

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_ Lotação: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Cor da pele: ( ) branca ( ) parda ( ) negra ( ) amarela ( ) indígena

Estado Civil: ( ) solteiro (a) ( ) casado (a) ( ) divorciado (a) ( ) viúvo (a)

Tempo de serviço na PMSE: \_\_\_\_\_

Obrigada pela colaboração!

2) Quando você pensa em **PESSOAS NEGRAS**, quais as primeiras palavras, sentimentos ou imagens que lhe vêm à mente? Tente escrever 05 (cinco), colocando-as em ordem de importância.

1º- \_\_\_\_\_

2º- \_\_\_\_\_

3º - \_\_\_\_\_

4º - \_\_\_\_\_

5º - \_\_\_\_\_

2) Que características você considera que, de maneira geral, podem ser atribuídas a **peessoas negras**?

CARACTERÍSTICAS	0 a 9% possuem	10 a 20% possuem	21 a 30% possuem	31 a 40% possuem	41 a 50% possuem	51 a 60% possuem	61 a 70% possuem	71 a 80% possuem	81 a 90% possuem	91 a 100% possuem
Cabelo raspado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo tingido de loiro	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo tipo Rastafari	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo crespo	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
AS CARACTERÍSTICAS	0 a 9% possuem	10 a 20% possuem	21 a 30% possuem	31 a 40% possuem	41 a 50% possuem	51 a 60% possuem	61 a 70% possuem	71 a 80% possuem	81 a 90% possuem	91 a 100% possuem

								possu em	possue m	
Cabelo liso	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo curto	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo comprido	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Boa aparência	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Má aparência	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fisicamente feio (a)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fisicamente bonito (a)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Alta estatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Estatura mediana	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Baixa estatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de tatuagem	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de bonés	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de mochila	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de bolsa	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de brinco (homem)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de piercing	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso exagerado de acessórios	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de óculos escuros	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de correntes/ cordões de ouro ou prata	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma portar celular (mais de um)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma andar sem camisa	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )



Costuma usar camisa de manga cumprida	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar bermuda	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar calça cumprida	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de trajes de marca (tênis, camisa e etc.)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar roupas (que aparece a cueca)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reside em bairro de periferia	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reside em bairro nobre	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma andar só	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma andar acompanhado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fazem uso de gírias	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

Gostaria de acrescentar outras características, além das citadas acima? ( ) sim ( ) não

Se sim, Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Dados sócios demográficos**

Idade: \_\_\_\_\_

Posto/ graduação: \_\_\_\_\_

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_ Lotação: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Cor da pele: ( ) branca ( ) parda ( ) negra ( ) amarela ( ) indígena

Estado Civil: ( ) solteiro (a) ( ) casado (a) ( ) divorciado (a) ( ) viúvo (a)

Tempo de serviço na PMSE: \_\_\_\_\_

Obrigada pela colaboração!

3) Quando você pensa em **PESSOAS POBRES**, quais as primeiras palavras, sentimentos ou imagens que lhe vêm à mente? Tente escrever 05 (cinco), colocando-as em ordem de importância.

1º- \_\_\_\_\_

2º- \_\_\_\_\_

3º - \_\_\_\_\_

4º - \_\_\_\_\_

5º - \_\_\_\_\_

2) Que características você considera que, de maneira geral, podem ser atribuídas a **peessoas pobres**?

CARACTERÍSTICAS	0 a 9% possuem	10 a 20% possuem	21 a 30% possuem	31 a 40% possuem	41 a 50% possuem	51 a 60% possuem	61 a 70% possuem	71 a 80% possuem	81 a 90% possuem	91 a 100% possuem
Cabelo raspado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo tingido de loiro	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo tipo Rastafari	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo crespo	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

CARACTERÍSTICAS	0 a 9% possuem	10 a 20% possuem	21 a 30% possuem	31 a 40% possuem	41 a 50% possuem	51 a 60% possuem	61 a 70% possuem	71 a 80% possuem	81 a 90% possuem	91 a 100% possuem
Cabelo liso	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo curto	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo comprido	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Boa aparência	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Má aparência	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fisicamente feio (a)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fisicamente bonito (a)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Alta estatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Estatura mediana	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Baixa estatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de tatuagem	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de bonés	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de mochila	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de bolsa	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de brinco (homem)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de piercing	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso exagerado de acessórios	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de óculos escuros	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de correntes/ cordões de ouro ou prata	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma portar	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

celular (mais de um)										
Costuma andar sem camisa	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar camisa de manga cumprida	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar bermuda	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar calça cumprida	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de trajes de marca (tênis, camisa e etc.)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar roupas (que aparece a cueca)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reside em bairro de periferia	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reside em bairro nobre	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma andar só	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma andar acompanhado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fazem uso de gírias	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

Gostaria de acrescentar outras características, além das citadas acima? ( ) sim ( ) não

Se sim, Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### **Dados sócios demográficos**

Idade: \_\_\_\_\_ Posto/ graduação: \_\_\_\_\_

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_ Lotação: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Cor da pele: ( ) branca ( ) parda ( ) negra ( ) amarela ( ) indígena

Estado Civil: ( ) solteiro (a) ( ) casado (a) ( ) divorciado (a) ( ) viúvo (a)

Tempo de serviço na PMSE: \_\_\_\_\_

Obrigada pela colaboração!

- 4) Quando você pensa em **PESSOAS BRANCAS**, quais as primeiras palavras, sentimentos ou imagens que lhe vêm à mente? Tente escrever 05 (cinco), colocando-as em ordem de importância.

1º- \_\_\_\_\_

2º- \_\_\_\_\_

3º - \_\_\_\_\_

4º - \_\_\_\_\_

5º - \_\_\_\_\_

- 2) Que características você considera que, de maneira geral, podem ser atribuídas a **peessoas brancas**?

CARACTERÍSTICAS	0 a 9% possuem	10 a 20% possuem	21 a 30% possuem	31 a 40% possuem	41 a 50% possuem	51 a 60% possuem	61 a 70% possuem	71 a 80% possuem	81 a 90% possuem	91 a 100% possuem
Cabelo raspado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo tingido de loiro	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo tipo Rastafari	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo crespo	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
CT RA CA	0 a 9%	10 a 20%	21 a 30%	31 a 40%	41 a 50%	51 a 60%	61 a 70%			9

	possuem	possuem	possuem	40% possuem	50% possuem	60% possuem	70% possuem	1 a 80% possuem	1 a 90% possuem	1 a 100% possuem
Cabelo liso	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo curto	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Cabelo comprido	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Boa aparência	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Má aparência	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fisicamente feio (a)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fisicamente bonito (a)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Alta estatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Estatura mediana	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Baixa estatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de tatuagem	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de bonés	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de mochila	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de bolsa	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de brinco (homem)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de piercing	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso exagerado de acessórios	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de óculos escuros	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de correntes/ cordões de ouro ou prata	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma portar celular (mais de	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )



um)										
Costuma andar sem camisa	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar camisa de manga cumprida	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar bermuda	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar calça cumprida	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Uso de trajes de marca (tênis, camisa e etc.)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma usar roupas (que aparece a cueca)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reside em bairro de periferia	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reside em bairro nobre	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma andar só	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Costuma andar acompanhado	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Fazem uso de gírias	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

Gostaria de acrescentar outras características, além das citadas acima? ( ) sim ( ) não

Se sim, Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### **Dados sócios demográficos**

Idade: \_\_\_\_\_

Posto/ graduação: \_\_\_\_\_

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_ Lotação: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Cor da pele: ( ) branca ( ) parda ( ) negra ( ) amarela ( ) indígena

Estado Civil: ( ) solteiro (a) ( ) casado (a) ( ) divorciado (a) ( ) viúvo (a)

Tempo de serviço na PMSE: \_\_\_\_\_

Obrigada pela colaboração!